

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO

MICHEL PAZ CORTEZ

**OCUPAR/INVADIR: O PROCESSO DE AGENDAMENTO NAS LEGENDAS
FOTOGRAFICAS**

Porto Alegre
2016

**OCUPAR/INVADIR: O PROCESSO DE AGENDAMENTO NAS LEGENDAS
FOTOGRAFICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves

Porto Alegre
2016

MICHEL PAZ CORTEZ
OCUPAR/INVADIR: O PROCESSO DE AGENDAMENTO NAS LEGENDAS
FOTOGRAFICAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves

Aprovado em: __ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Taís Martins Portanova Barros (Examinadora)

Prof^ª M.^a Myra Adam de Oliveira Gonçalves (Examinadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado **Ocupar/Invadir: o processo de agendamento nas legendas fotográficas**, de autoria de MICHEL PAZ CORTEZ, estudante do curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre ____ de _____ de 2016.

Assinatura:

Nome completo da orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Lucia Pereira Gonçalves

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que me acolheram e incentivaram ao longo destes tantos anos de jornada acadêmica. Agradeço, principalmente, àqueles que prestaram o suporte que tanto precisei em momentos de incerteza, e que identificaram em mim potencial que eu muitas vezes ignorava.

Sendo assim, primeiramente, agradeço aos meus pais, que, com sua lealdade descomunal, se mantiveram ao lado de minhas escolhas e proveram a estrutura necessária para que eu pudesse trilhar caminhos tão erráticos quanto meus instintos indicaram. À minha mãe, especificamente, por sua fé quase sobrenatural em meus julgamentos tão frágeis, por seu carinho e zelo. Ao meu pai, pela seriedade emprestada, contraponto necessário à intrepidez e ingenuidade de meus planos, pela retidão moral e pelo ensinamento de questionar o que for errado, venha de onde vier.

Ao Núcleo de Fotografia, com todos os colegas monitores e posteriormente professores, e mais especificamente, às figuras de Nadiejo Marona, companheiro de trabalho, sempre disposto a encontrar novas oportunidades profissionais para mim, e do professor de fato Mário Bitt-Monteiro, que enxergou em mim professorado que eu nem considerava, pavimentando um novo e surpreendente rumo para a minha carreira. Obrigado por ser possuidor dessa inspiradora paixão pela fotografia.

À minha orientadora, Sandra Gonçalves, que se manteve firme ao longo de todos os semestres de projetos de monografias descartados, e que acreditou na nebulosa epifania que deu origem a este trabalho, mesmo com prazos tão curtos e fundamentação inicial tão frágil. Obrigado pelas ricas leituras ofertadas, obrigado pela paciência materna, por permitir que eu percebesse ao meu tempo a pobreza e riqueza de minhas ideias, e muito obrigado pela grande conversa que tivemos ao final deste processo.

Obrigado ao café, companheiro imprescindível nas madrugadas de escrita.

Enfim, um beijo, um abraço e um cheiro à Ingrid, por nunca arredar o pé da dura tarefa de relembrar a beleza que há no caminho do jornalismo e do professorado, do poder transformador destas áreas, do orgulho das minhas (nossas) conquistas e vivências. Obrigado pelo contagiante encanto que tu tens com diversos aspectos da vida e obrigado pelo teu desprendimento e resiliência.

Por fim, obrigado a todos os amigos que fazem a vida valer à pena, obrigado a todos os fotojornalistas inspiradores que conheci, e obrigado a todos que colaboraram de alguma forma para tornar esse projeto, tão intangível em outras épocas, realidade.

RESUMO

Este trabalho visa checar a hipótese do agendamento e sua execução através das diversas mensagens que compõem o discurso jornalístico. Mais especificamente, tem por objetivo definir a capacidade do conjunto formado por fotografias jornalísticas e legendas de conotar as notícias e replicar a ideologia dos grupos midiáticos na esfera pública. Para atingir este objetivo, será realizada a releitura de obras de autores que ajudaram a definir a epistemologia da fotografia e que estudaram a relação texto-imagem nas páginas dos jornais, assim como será revisado o desenvolvimento da hipótese do agendamento. A análise de conteúdo de exercício em que os leitores de jornais locais produziram legendas fotográficas permitiu checar a legitimidade da referida hipótese, assim como apontar hipóteses acerca dos pontos em que não houve total conformidade aos pressupostos do agendamento. O agendamento, na divagação presente ao final deste trabalho, pode ser consequência de uma relação mercadológica, ideológica, ou ainda mesmo ser fruto da necessidade de desenvolvimento de sentimento de pertença por parte dos leitores.

Palavras-chave: Jornalismo; Fotojornalismo; Legendas; Índice; Agendamento

ABSTRACT

The goal of this monograph is to test the agenda-setting theory and its execution through the various messages printed daily on newspaper pages. Specifically, it aims to observe the agenda-setting hypothesis occurrence on the photograph-caption niche and confirm the potential use of captions as a way to transmit a political agenda of a media group and impact the ideological debate on the public sphere. To accomplish that, we will analyze the work of diverse authors that devoted their time to propose an epistemology of photography, study the text-image correlation and develop the agenda-setting hypothesis. The content analysis of our proposed exercise, involving readers of local newspapers that were asked to write captions for isolated photos, will allow us to check the agenda-setting hypothesis and its limitations. At that point, we will propose another set of hypothesis about those limitations; if the similarity of media groups and readers agendas can be a marketing or ideological-motivated phenomenon, or just a consequence of the need of belonging that leads to a community sense.

Key-words: Journalism; Photojournalism; Captions; Index; Agenda-setting

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O SIGNO FOTOGRÁFICO.....	13
2.1 FOTOGRAFIA E OS MODOS DE REPRESENTAÇÃO DO REAL.....	13
2.1.1 <i>Fotografia icônica.....</i>	14
2.1.2 <i>Fotografia simbólica.....</i>	15
2.1.3 <i>Fotografia indicial.....</i>	18
2.2 CONOTAÇÕES EM UM SIGNO HÍBRIDO.....	20
3 A INTERTEXTUALIDADE JORNALÍSTICA, A FOTOGRAFIA E A FOTOLEGENDA.....	24
3.1 COMPOSIÇÃO DO DISCURSO DAS NOTÍCIAS.....	24
3.2 ASPECTOS TÉCNICOS DA ELABORAÇÃO DAS LEGENDAS.....	27
3.3 RELAÇÃO TEXTO-IMAGEM.....	31
4 O CONTEÚDO DAS LEGENDAS E A TEORIA DO AGENDAMENTO	38
4.1 OS PRIMÓRDIOS DA HIPÓTESE DO <i>AGENDA-SETTING</i>	39
4.2 A EVOLUÇÃO DO <i>AGENDA-SETTING</i>	40
4.3 UMA CRÍTICA À HIPÓTESE DO AGENDAMENTO.....	43
4.4 A EXPERIÊNCIA QUOTIDIANA NA FORMAÇÃO DA AGENDA DO PÚBLICO.....	46
4.5 MASSACRE DE REALENGO: EXEMPLO DE ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA AGENDA JORNALÍSTICA NAS LEGENDAS FOTOGRÁFICAS.....	48
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
5.1 SOBRE A TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	54
5.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS RECORTADAS.....	56
5.3 ELABORAÇÃO DO ENUNCIADO DA PROPOSTA DE EXERCÍCIO.....	59
6 AVALIAÇÃO DO CORPUS ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	63
6.1 AVALIAÇÃO DAS LEGENDAS.....	64
6.1.1 <i>Posicionamento.....</i>	64
6.1.2 <i>Sobre a legalidade da ação policial.....</i>	67
6.1.3 <i>Sobre as motivações dos estudantes.....</i>	68
6.1.4 <i>Sobre a tomada de iniciativa.....</i>	69
6.1.5 <i>Juízo sobre a ação dos manifestantes.....</i>	71
6.1.6 <i>Sobre o método empregado pela brigada militar juízo sobre a ação dos manifestantes.....</i>	72
6.2 COMPARAÇÃO COM O CONTEÚDO ORIGINAL.....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A: ENTREVISTAS.....	85

1. INTRODUÇÃO

O emprego de fotografias jornalísticas é artifício recorrente na composição do discurso jornalístico da grande maioria dos jornais impressos e online da atualidade. Tal constatação reafirma a tese defendida por Barthes, de que as fotografias seriam o centro de todas as reportagens, tendo em sua órbita outros discursos, como texto, manchete, diagramação e legenda (BARTHES, 1961).

Contudo, cada elemento que compõe a mensagem jornalística tem sua função determinada, cada item oscilando entre o cumprimento das funções denotativa e conotativa deste discurso (BARTHES, 1961). Enquanto a função denotativa está diretamente ligada à prerrogativa jornalística de levar ao conhecimento público os mais diversos acontecimentos, é facultada aos jornalistas a emissão de discurso conotativo, "de forma a situar o leitor, auxiliá-lo sobre o que pensar, e principalmente, *como* pensar" (McCOMBS e SHAW, 2000, p.131 apud MAIA e AGNEZ, 2010, p.4).

Este é o pressuposto central da teoria do *agenda-setting*, que defende que os jornais possuem capacidade de emprestar suas ideologias e terminologias ao público. Desta forma, os *media* conseguem definir as agendas que serão consideradas prioritárias pelo leitores, exercendo, de tal maneira, poder de influência sobre toda a esfera pública. Esta perspectiva de reverberação só é cogitável se conceituarmos jornalismo como uma prática social intrinsecamente ligada ao processo de formação da opinião pública (FONSECA, 2008). Além disto, é necessário trabalhar com a noção de que o processo de valoração do real através da mensagem jornalística constitui certa relação de poder, que pende para a propagação do discurso dos grupos que regulam as publicações. Sobre este aspecto, Ciro Marcondes Filho (1989):

Criar jornais é uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos e afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações, através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como "a verdade" (MARCONDES FILHO, 1989, p.11)

Enquanto os pressupostos e métodos do *agenda-setting* nos levam geralmente a uma

avaliação da mensagem textual contida no material produzido diariamente pelos *media*, este trabalho é guiado por curiosidade ligeiramente diferente. Partindo da própria vivência do autor, com certa experiência profissional na área da fotografia, este trabalho lança luzes sobre a hipótese de operação do agendamento em outros espaço além da manchete e corpo do texto: mais especificamente, o objeto de estudo deste estudo é o conjunto formado por fotografias e legendas, e a busca pela confirmação da ocorrência de controle de conotação e tentativa de agendamento nestes espaços.

Para tanto, é preciso primeiro estabelecer como ocorre o processo conotativo nestes dois espaços, partindo do suposto emprego das legendas como forma de regular as conotações passíveis de serem inferidas às mensagens fotográficas. Os dois próximos capítulos, "O signo fotográfico" e "A intertextualidade jornalística, a fotografia e a legenda" irão se debruçar sobre textos que avaliem a força denotativa das fotografias, e sobre trabalhos que impliquem suas limitações conotativas. A definição da proporção destes dois aspectos no discurso das fotografias jornalísticas justifica a existência das legendas, assim como define sua mensagem e método de execução. A este ponto o trabalho devará confirmar que o conteúdo das legendas pode ser regulado para diversos fins, incluindo a limitação das possibilidades de leitura das fotografias, ponto em que as legendas constituiriam outra forma de controle da produção de sentido acerca da realidade por parte dos jornais, e, portanto, outro espaço passível de operação do potencial de agendamento dos *media*.

Desta forma, o trabalho visa elevar o conjunto fotografia-legenda, muitas vezes (mas nem sempre) restrito à função denotativa (BARTHES, 1961), a um patamar discursivo que permita a execução da tarefa de educação dos leitores sobre a realidade existente. Considerando que primeiramente apresentaremos ferramentas adicionais de transmissão de agendas ao público, posteriormente será necessário compreender até que ponto os leitores são permeáveis ao discurso jornalístico. O quarto capítulo deste trabalho representa resgate teórico do agendamento, relatando brevemente a gênese e evolução desta hipótese, e demonstrará contraponto ao discurso funcionalista predominante, que condena o público a uma posição de passividade (MAIA e AGNEZ, 2010), e que o condena a ser mera vítima do acordo tácito que estipula com os *media*.

Soma-se a esta revisão bibliográfica o exercício empírico proposto ao final deste trabalho. Será apresentada nesta etapa o resultado da entrevista de vinte indivíduos que acompanham constantemente dois jornais da capital gaúcha, em abordagem que culminará na

proposição de exercício em que os colaboradores serão convidados a elaborar legendas para duas fotografias, uma de cada jornal, que retratem o mesmo fato noticioso. O somatório desta amostragem constituirá o *corpus* de análise de conteúdo que tentará estabelecer o paralelo entre o discurso do público, e as terminologias e ideologias que permearam a redação das legendas (e em menor grau, dos títulos) das matérias em questão.

A constatação de algum grau de conformidade do grupo de leitores ao método e discurso das publicações que servirão de referência a este trabalho permitirá ao autor inferir a ocorrência do processo de agendamento sobre os receptores da mensagem jornalística de ambas as publicações. Demonstrará, também, os pontos em que o público extrapola a visão representada nas páginas dos jornais escolhidos, e os pontos em que as agendas não foram replicadas no discurso do público, estabelecendo tanto a ocorrência do fenômeno definido pelo *agenda-setting*, quanto os pontos em que os leitores são mais resilientes à imposição de pautas midiáticas.

Este esforço acadêmico, seja qual for seu resultado, não representa de qualquer forma uma intenção de constituir "verdade acadêmica", visto tanto a senioridade do autor quanto a brevidade inerente a uma monografia. Contudo, a epifania fundadora deste trabalho convida os leitores deste esforço acadêmico a passear pelo resgate de teorias consolidadas e a divagar sobre a possibilidade de elaboração de novas metodologias de investigação tanto do *agenda-setting*, quanto do potencial do signo fotográfico quando disposto no contexto da mensagem jornalística.

2. O SIGNO FOTOGRÁFICO

Neste capítulo, será dado o primeiro passo para a validação da hipótese que norteia este trabalho. Para podermos consolidar a hipótese de que os jornais emprestam suas agendas ao público, e especificamente, que as legendas fotográficas configuram espaço de operação da agendas jornalísticas, devemos partir de um resgate teórico que defina as imagens jornalísticas como espaço contíguo aos textos de apoio. Anterior a isso, é necessário compreender a mensagem fotográfica, suas potencialidades e limitações. Somente desta forma será possível delimitar as lacunas preenchidas pelas legendas, assim como todas as possibilidades conotativas oriundas do emprego do conjunto fotografia-legenda, caro aos jornais que intentam permear seu conteúdo com suas agendas estratégicas.

Fotografias jornalísticas e legendas são apresentadas frequentemente em conjunto durante o arranjo das notícias nos jornais, podendo até mesmo atingir um grau de autonomia que confere ambas o status de gênero jornalístico, a fotolegenda (SOUSA, 2001). Esta combinação traz a legenda como um texto complementar, com diferentes funções justificadas por um espaço discursivo que a fotografia, discurso visual, oferece.

Para que o trabalho disponha de base teórica sólida o suficiente para justificar a proposta de observar as tarefas executadas pela legenda (ancoragem, complemento e espaço opinativo), primeiramente será apresentado, ao decorrer deste primeiro capítulo, um resgate de autores que dedicaram-se a compreender a função discursiva da fotografia. Serão exploradas as três noções históricas acerca do signo fotográfico elencadas por Philippe Dubois (1990) em seu livro "*O ato fotográfico e outros ensaios*", assim como a diferenciação barthesiana entre as funções denotativas e conotativas dos diferentes textos jornalísticos, fotografias inclusas.

2.1 FOTOGRAFIA E OS MODOS DE REPRESENTAÇÃO DO REAL

A reflexão sobre a fotografia enquanto meio de expressão exige que se determine a relação entre seu referente e a mensagem culminante do seu processo de construção de sentido. Desde o seu advento, a fotografia encontrou sua validação através da sua capacidade indicial, visto que a ela foi conferido um estatuto de testemunho, de verdade irrefutável, que sobrevive ao teste do tempo e ao advento da tecnologia digital. Comentando este aspecto, Dubois (1990):

Se admitimos muitas vezes com bastante facilidade que o explorador pode relativamente fabular quando volta de suas viagens e elaborar, portanto, por exemplo para impressionar seu ouvinte, narrativas mais ou menos hiperbólicas, em que a parcela de fantasia e de imaginário está longe de ser negligenciável, ao contrário, a fotografia, ao menos aos olhos da doxa e do senso comum, não pode mentir. Nela a necessidade de ver para crer é satisfeita. A foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra. (DUBOIS, 1990, p 25)

A fim de revisar a epistemologia da fotografia, e verificar como se dá a validação da mesma enquanto representação, Dubois apresenta um resgate histórico de estudos sobre a relação da imagem fotográfica com seu referente, elencando três momentos distintos da produção textual sobre o tema, que passam por todas as três categorias de signo delimitadas anteriormente por C.S.Peirce (1895, p.151 apud DUBOIS, 1990, p.49): ícone, símbolo e índice.

2.1.1 Fotografia icônica

Após seu advento, a fotografia foi compreendida como imagem análoga ao seu referente. Surgida da sociedade moderna e fruto da revolução industrial, a máquina fotográfica foi exaltada como a primeira representação a excluir o ser humano do processo de elaboração de imagens que constituam representação do real. Retratar, para os pensadores deste primeiro período não configura ato intelectual, pois a fotografia simplesmente está lá, em estado latente, esperando o bater do obturador. A fotografia não é elaborada, ela é obtida.

Esta imitação mais perfeita da realidade só seria possível justamente por causa da objetividade do aparato fotográfico, instrumento automático, óptico, preciso. Opiniões como as de Baudellaire e Picasso (apud DUBOIS, 1990) diferiam apenas em relação ao grau de otimismo em relação à chegada do novo suporte, mas expressavam, quase em uníssono, o caráter técnico da imagem fotográfica - e sua limitação criativa.

Baudellaire encarava a imagem fotográfica com aversão, pois sua chegada representava a vitória do naturalismo e a supressão da intelectualidade humana (em especial a francesa). Este "simples instrumento de uma memória documental do real" só viria a desgraçar, na opinião de Baudellaire, a pura criação, proveniente da adição da alma do homem ao processo de elaboração de representações. Já Picasso trouxe uma perspectiva

otimista, pois a fotografia elevaria a arte, pois, dada a invenção de aparelho de tamanha capacidade denotativa, restaria à arte moderna libertar-se da função representativa e explorar novos horizontes.

O que é comum a eles, assim como a outros autores do período, é a noção de que a imagem fotográfica é instrumental, científica. A elaboração da máquina fotográfica, mescla de conhecimentos de química, física e engenharia surge para os pensadores desta primeira etapa como uma insuperável representação do real. Para Dubois, ocorre uma distribuição clara: "à fotografia, uma função documental, a referência, o concreto, o conteúdo; à pintura, a busca formal, a arte, o imaginário" (DUBOIS, 1990, p.32).

Nesta etapa, portanto, a fotografia é configurada como representação exata, quase natural do objeto fotografado, um *analogon* que traz consigo o discurso da mímese. Esta noção é reforçada por Roland Barthes em diversos trabalhos, como *A Mensagem fotográfica* (1961):

"... decerto a imagem não é o real, mas ela é pelo menos o seu analogon perfeito, e é precisamente essa precisão analógica que, diante do senso comum, define a fotografia. Assim aparece a condição particular da imagem fotográfica: ela é uma mensagem sem código. (BARTHES, 1961, p.2)

Ainda que as observações feitas por Barthes apontem também para a terceira corrente histórica, a da fotografia indicial, como veremos adiante, considerável parte de seus estudos apontam para a mímese como a característica definidora do discurso da fotografia. O ponto levantado por esta primeira corrente, mesmo que possa ser refutado como inocente ou simplista, evidencia o que fez com que a fotografia fosse inserida no conjunto de discursos que compõem a mensagem jornalística. Uma imagem fotográfica é, de maior ou menor forma, um atestado de existência do objeto fotografado. O trabalho do fotojornalista, em uma perspectiva idealizadora, é científico, comprobatório, tal e qual o de um perito. A natureza mecânica e instantânea do aparato fotográfico é o que concede o estatuto de verdade, tão caro aos jornais.

2.1.2 *Fotografia simbólica*

Em oposição a primeira corrente, representante da visão do século XIX sobre a fotografia, pensadores do século XX desconstruíram o discurso da fotografia-mímese.

Teóricos estruturalistas se debruçaram sobre o tema, com o intuito de denunciar a fragilidade da noção de existência de uma representação análoga do real na fotografia, ao expôr no ato fotográfico toda uma trama de códigos necessários para a leitura do seu produto.

Tais contestações tiveram suas raízes ainda no século do advento da fotografia, em textos como o de Elizabeth Eastlake (1857, p.442, apud DUBOIS, 1990), em que é apontada a precariedade da representação fotográfica, que falha em captar nuances de sombra, assim como as cores dos objetos reais. Embora tal comentário tenha sido feito no século XIX, a fotografia atual ainda carece de tal precisão, pois as melhores máquinas fotográficas ainda padecem de problemas de latitude (impossibilidade registrar detalhes em regiões da imagem que contenham tons pretos e altas luzes) e alcance dinâmico (termo usado para representar limitações de latitude em fotografia digital) quando comparadas à percepção do olhar humano. Mesmo na fotografia contemporânea, um fotógrafo que se dedique a aproximar suas imagens do real ainda precisará interferir consideravelmente durante a revelação e edição em laboratório digital, caso queira alcançar resultados aproximados à expectativa gerada pelo real, o que certamente distancia mais a fotografia da utopia tecnológica defendida pela primeira corrente.

A sistematização desta crítica, como anteriormente citado, viria no século seguinte, época em que foram denunciadas outras dimensões da imagem analógica, a fim de soçobrar a noção de fotografia como espelho do real. E foi através de um conceito caro a qualquer fotógrafo que os primeiros críticos veementes desta etapa, como Rudolf Arnheim (1957), começaram a desconstruir o ato fotográfico: se há na execução da fotografia, um processo de composição de imagem, é evidente que a fotografia sofre interferência humana. A escolha de ângulos de visão por parte do fotógrafo, assim como a distância estabelecida, as objetivas empregadas, enquadramento, e o controle de tempo de exposição são todos elementos que imprimem a personalidade do autor na fotografia, e rompem com a expectativa de representação fiel.

Pierre Bourdieu (1965) vai além nesta crítica, apontando a perspectiva fotográfica como uma herança da perspectiva renascentista. A fotografia para este autor, só tem a função de representação do real pois este foi o nicho que lhe foi atribuído, baseado em seu uso social. Nas palavras de Bourdieu:

"... a fotografia é um sistema convencional que exprime o espaço e o tempo de acordo com as leis da perspectiva (seria necessário dizer, de uma

perspectiva) e os volumes e as cores por intermédios de *dregradés* de preto e do branco. Se a fotografia é considerada um registro perfeitamente realista é porque lhe foram designados (desde a origem) usos sociais considerados "realistas" e "objetivos". E, se ela se propôs de imediato com as aparências de uma "linguagem sem código e nem sintáxe", em suma de uma "linguagem natural", é antes de mais nada porque a seleção que ela opera no mundo visível é completamente conforme, em sua lógica, à representação do mundo que se impôs na Europa desde o Quattrocento. (BOURDIEU, 1965, p. 108-109, apud DUBOIS, 1990, p.40)

A este ponto da revisão bibliográfica da definição da epistemologia da fotografia pode se estabelecer um paralelo entre o contrato social que permeia a atividade jornalística e o contrato entre o leitor da fotografia e o emissor da imagem. Ao estipular um código específico pelo qual comunica e informa seus leitores, os diários jornalísticos por certo se conformam a uma forma de representação específica do mundo. Jorge Pedro Sousa abordou tal aspecto ao diferenciar o fotojornalismo profissional de outras atividades justamente pelas limitações impostas pelo contrato implícito entre órgão de imprensa e público. A esse jornalismo, que Sousa chama de fotojornalismo no *sentido estrito*, que oferta imagens temporais, com menor rigor estético devido à necessidade cumprir função informativa, é oposto o fotojornalismo em *sentido lato*, conceito amplo que encampa diversos tipos de fotografia diferentes que também possuem potencial informativo, como a fotografia documental, as fotografias feitas pelo público dos jornais que porventura acabam sendo veiculadas nos diários, entre outras. (SOUSA, 2004) A fotografia jornalística assim, apresenta função simbólica, por ser fruto de um contrato entre jornal e leitor, e portanto, carregada de um código elaborado para regular e precisar tal relação.

A perspectiva de uma fotografia inumana e imparcial (e somente este termo já levou a ampla discussão a cerca do próprio discurso jornalístico) irritou a vários autores, levando a críticas virulentas como as observáveis na equipe do *Carriers du Cinéma*, para os quais as grandes fotos representantes de acontecimentos históricos e brutais eram um engodo (*Carriers du Cinéma*, Nº 268-269, 1976, apud DUBOIS, 1990, p.41). Para eles, esta corrente fotográfica, que visava resumir em uma única foto acontecimentos emblemáticos, era formada por "fotos inteiramente dominadas, controladas" Em análise de fotografias exemplares desta perspectiva é realizado processo de desconstrução de seu discurso testemunhal. Fotografias como a de Robert Capa, com seu republicano espanhol, seriam então carregadas por toda uma

dimensão ideológica, evidenciada pela inserção do fotógrafo na cena, pelo recorte temporal e pelo recorrente uso da grande angular, elementos que trabalhariam "*em benefício de um humanismo choramingão*", isolando personagem e vítima de seu contexto, em atmosfera de solidão e dor.

A fotografia desta etapa teórica perde parte de seu caráter icônico, deixando para trás seu discurso de "verdade empírica". Aparece aqui como uma mensagem carregada de um código autoral possível apenas através de código estabelecido com o público receptor. Tal e qual os símbolos peirceanos, um texto que prescinde de uma educação prévia do leitor, que precisa dispor da mesma lógica que permeou o raciocínio do fotógrafo quando do início do ato fotográfico.

2.1.3 *Fotografia indicial*

Ambas as correntes apresentadas até este ponto do trabalho de Dubois trazem a fotografia como portadora de valores absolutos, seja através da noção da fotografia pela sua semelhança (ícone), seja pela convenção (símbolo). Sendo assim, a próxima linha de trabalho entre aqueles que se dispuseram a pensar a fotografia acaba por fechar o ciclo dos três tipos de signo descritos por Charles Peirce (1895, p.151 apud DUBOIS, 1990, p.49). A terceira corrente viria a tratar da fotografia como uma contiguidade do real, emanação do seu referente, compreendido, portanto, como índice. (DUBOIS, 1980).

O desenvolvimento e esgotamento da corrente que tratava a fotografia como um código controlado e balizado pelo seu uso social não aparece aqui como a solução definitiva, mas cumpre o importante papel de esfacelar a ilusão da fotografia como um espelho do referente, liberando novos e antigos pensadores a reavaliar a relação da fotografia enquanto mímesis. Parte deste conceito segue relevante, mas não em sua totalidade. Na etapa indicial, a fotografia mantém relação física, de semelhança com seu objeto retratado, mas neste ponto já está claro que tal relação não pode mais ser de total semelhança. A fotografia portanto, pode manter no máximo um traço de realidade, sendo assim emanação do referente. E assim disse Barthes: "A fotografia é literalmente uma emanação do referente" (BARTHES, 1980, p. 126)

Apesar desta declaração passar a noção de que Barthes se adequava à noção de que a fotografia seria então um índice, afirmar que o autor francês se alinhava por completo com esta corrente é impreciso. Se é verdade que Barthes (1980), em "A Câmara Clara", oferecia uma visão mais ampla sobre o signo fotográfico, perpassada por outras categorias semânticas,

a identificação de um noema da fotografia não representa a característica indicial das imagens por completo. O noema "isso foi" diz mais respeito à temporalidade da imagem, que trata de algo que não existe mais, mas inegavelmente "esteve lá" (BARTHES, 1980, p.14). A imagem, nesta obra, conjuga passado e presente, mas não delimita precisamente o quanto as fotografias representam os objetos fotografados.

O rigor exigido por Dubois em sua busca pela delimitação da terceira categorização do signo fotográfico seria saciado através das respostas oferecida por Charles Peirce (1895, p.151 apud DUBOIS, 1990, p.49), assim como pelos teóricos que seguiram seus passos ao longo dos estudos sobre a fotografia indicial. Segundo esta linha, o signo indicial não é o próprio objeto, ou um simulacro, mas sim, um atestado de existência do indicado, sem jamais ser o próprio referente. E aqui ocorre uma ruptura com o noema de Barthes: "Isso foi" reforça a ideia de que a fotografia é atestado e atende, portanto, um dos pré-requisitos do índice de Peirce. Porém, o tipo de signo contido nesta afirmação barthesiana é um tanto indefinido, flutuando entre o ícone e o índice.

Cabe aqui definir os elementos que permeiam a noção de índice de Peirce. Um signo indicial é definido através da observação de quatro características: conexão física, singularidade, designação e atestado. A primeira diz respeito ao fato de um índice ser de fato uma emanção do referente. Sintomas são índices de doenças, a fumaça é o índice do fogo, e a fotografia, então, seria o índice do referente fotografado.

Para comprovar esta característica da imagem fotográfica, basta recorrer à sua natureza. O negativo fotográfico, assim como o registro do sensor, é a garantia da conexão física entre a imagem e seu referente, intermediado pelos raios de luz. Vejo uma foto não porque o referente foi colocado em frente à câmera, mas graças ao fato de a luz que banhou o objeto fotografado é a mesma que fisicamente chegou até o filme ou sensor. Isto que confere à fotografia seu grau de semelhança e seu estatuto de verdade. Mesmo que a imagem fotográfica seja uma mensagem bidimensional que descreve um referente tridimensional, mesmo que sua representação de cores e sombras seja uma pálida tentativa de expressar a realidade, é inegável que câmera e referente compartilharam a mesma luz.

E é a possibilidade de afirmarmos que *tal* referente esteve em frente a *esta* câmera que define o critério de singularidade. O índice não é uma generalização simbólica pois sempre parte de um determinado referente. E ao referenciá-lo termina por designá-lo:

Uma fotografia sempre se encontra na ponta desse gesto; ela diz: isso é isso, é aquilo!, mas não diz nada além do que disse (...). A fotografia não passa nunca de um campo alternado de "Veja", "Olhe", "Aqui está"; ela aponta. (BARTHES, 1980, p.16, apud DUBOIS, 1990, p. 52.)

E justamente por definir o que é o objeto que o índice acaba por servir como um testemunho. E é através desta característica que o fotojornalismo encontra a sua validação. A ligação física entre o objeto real e a sua reprodução na imagem fotográfica preenche as quatro características indiciais. O noticiado esteve lá, pois o fotógrafo, de prontidão, disparou a câmera e permitiu que o sensor carregado eletromagneticamente pudesse capturar os fótons que tocaram instantes antes o motivo fotografado. E pelo fato de ser de conhecimento do senso comum que tal imagem só poderia ser capturada caso a câmera estivesse inserida no mesmo ambiente e contexto que o objeto, é que a imagem se torna singular, validando o recorte temporal da fotografia dos diários jornalísticos e permitindo até a classificação de algumas como históricas ou furos jornalísticos.

Se nestas duas primeiras características a fotografia encontra a sua validação como elemento jornalístico, a validação de fotografias isoladas se dá mais pela sua capacidade de atestar e designar. Em determinada foto vejo tal pessoa neste exato instante, fazendo isto. A fotografia dos jornais insiste em determinar que certos eventos aconteceram envolvendo atores específicos.

2.2 CONOTAÇÕES EM UM SIGNO HÍBRIDO

Se para Dubois a história da epistemologia da fotografia é a de uma evolução que parte da noção icônica para a simbólica, culminando na perspectiva indicial, em outros autores a problematização acerca da categoria semiótica da fotografia é muito mais próxima da lógica da adição dos três potenciais do signo fotográfico. Mesmo que tenha sido mencionada por Dubois (1993), esta perspectiva é mais rigorosa para Jorge Pedro Sousa (2006), para quem a fotografia é polivalente, podendo cumprir as três funções peircianas:

- Uma determinada foto pode representar um *ícone*, tal como mostrado pelos teóricos da primeira etapa do resgate histórico de Dubois. A imagem fotográfica teria tamanha semelhança com o seu representante que seguiria configurando um ícone.
- A mesma foto pode ter caráter indicial. Porém, para Sousa o potencial indicial da foto

reside na capacidade de atestar a forma como foi obtida, sendo índice da operação realizada pelo fotógrafo mais que do objeto fotografado. As imagens fotográficas, para Souza, apresentam as marcas da operação do seu autor, como a velocidade de obturação, o enquadramento escolhido, entre outros.

- A fotografia pode atingir o status de símbolo quando a representação do real contido nela tem um sentido metafórico, como no exemplo dado por Sousa, da fotografia de uma pomba, que pode ser publicada com a intenção representar um símbolo de paz.

O signo fotográfico, partindo da observação de Sousa é, portanto, um sistema aberto, que pode conter diversas interpretações. A presença do leitor é determinante para a conclusão do processo fotográfico, tendo em vista que leitores diferentes terão as mais diversas interpretações de determinadas fotografias (este sendo mais um sinal do potencial simbólico da imagem capturada pela câmara escura).

A fotografia jornalística, segundo o autor português, pode efetivamente cumprir uma multiplicidade de tarefas para além da informativa, inclusive funções estéticas e de entretenimento (SOUSA, 2004). Esclarecer a função primordial da fotografia jornalística e o seu discurso requer analisar de forma crítica a atividade jornalística, sua finalidade e uso, sua prática, produto, assim como o contexto comunicativo.

A fotografia dos jornais diários tem caráter de atestado, em atividade que visa informar, explicar, esclarecer ou mesmo marcar pontos de vista através de fotografias de acontecimentos e da cobertura sistemática de assuntos de interesse jornalístico através de órgãos jornalísticos (SOUSA, 2004). Esta definição de um fotojornalismo em sentido estrito requer uma maior precisão do discurso fotográfico, em um discurso que precisa responder as dúvidas do leitor do diário jornalístico.

Um indício do grau de objetividade do discurso jornalístico pode ser observado no elemento de abertura das matérias, o *Lead*. Nesta estrutura do parágrafo de abertura de todas as matérias jornalísticas, é perseguido um ideal de presença de um *núcleo duro de informação*. (SOUSA, 2001). Nele são apresentadas informações que sanem quase a totalidade das dúvidas que podem ser levantadas pelo leitor, tendo como premissa responder cinco questionamentos: "O quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?", "Porquê?". A resposta a estas questões delimita a funcionalidade de todo o discurso noticioso, sendo que o aprofundamento destes pontos norteará o restante da mensagem jornalística.

Neste contexto que traça o discurso jornalístico como fala extremamente objetiva é que o fotojornalismo está inserido. Porém, o breve esforço de revisão teórica deste capítulo nos mostra que a fotografia está entre dois paradigmas: por um lado ela é precisa, ao ser capaz de atestar veementemente a existência do seu representante; mas ela também é limitada ao seu recorte temporal e suscetível às marcas impregnadas pelo seu autor, assim como às interpretações dos vários leitores do seu produto final.

Apresenta-se então um questionamento sobre o potencial da fotografia como discurso denotativo e conotativo. Em "A Mensagem Fotográfica", Barthes traça a existência destes dois campos:

(...) de fato, cada uma dessas mensagens desenvolve de maneira imediata e evidente, além do próprio conteúdo analógico (cena, objeto, paisagem), uma mensagem suplementar que é o que se chama comumente de o estilo da reprodução; trata-se pois de um segundo sentido, de que o significante é um certo "tratamento" da imagem sob a ação do criador, e cujo significado, que estético, quer ideológico, remete a uma certa cultura da sociedade que recebe a mensagem. Em suma, todas estas "artes" imitativas comportam duas mensagens: uma mensagem denotada, que é o próprio analogon, e uma mensagem conotada, que é a maneira como a sociedade dá a ler, em certa medida, o que ela pensa. (BARTHES, 1961, p. 2)

Se avaliarmos esta afirmação e cruzarmos com o paradigma de objetividade do jornalismo, definido acima pelos escritos de Sousa, é observável que a existência de potencial conotativo aberto na imagem fotográfica torna imprescindível que as fotografias sejam acompanhadas por elementos que realcem seu potencial denotativo e restrinjam suas possíveis conotações. Sousa:

O leitor tem de poder situar cada imagem que recebe através dos meios jornalísticos, e identificar e destriçar entre o que é manifestação artística, persuasão, mera ilustração e informação (...). Além disso, uma verdadeira implicação do leitor na descodificação da imagem fotográfica impõe que ela seja acompanhada de elementos referenciais que permitam sua leitura clara. Uma legenda capaz de ancorar o sentido da foto, a autoria, a fonte, a informação sobre a hipotética submissão da imagem a alterações digitais são, neste campo, dados que devem ser facultados ao receptor, pois o contexto

comunicativo referencial é relevante para a obtenção da informação.
(SOUZA, 2006, p.109)

Recapitulando, a fotografia jornalística, por seu caráter de atestado e testemunho é imprescindível no arranjo das notícias dos diários jornalísticos, porém, a natureza aberta do signo fotográfico exigirá o acompanhamento textual, sob a forma da legenda, a fim de limitar a leitura da imagem e informar seu contexto. A presença deste texto complementar, como veremos em um capítulo posterior, terá também a função de direcionar a leitura da imagem, de forma a conformar o observador a uma interpretação das notícias que parte do próprio órgão de imprensa. A fotolegenda – como se espera evidenciar ao longo deste trabalho - é então tanto uma necessidade imposta aos jornais quanto uma oportunidade aproveitada pelos órgãos de imprensa.

3. A INTERTEXTUALIDADE JORNALÍSTICA, A FOTOGRAFIA E A FOTOLEGENDA

Ao longo do capítulo anterior foi realizado um esforço de revisão bibliográfica que visou averiguar as características semânticas da fotografia, através das palavras de autores que se propuseram a reavaliar a epistemologia da fotografia, tais como Dubois (1993) e Barthes (1961). O trabalho chega a esse ponto ancorado em uma hipótese que perpassa os conceitos anteriores: a fotografia, tendo em vista os excertos apresentados, é um signo primeiramente indicial que carrega consigo potencial para ser lida como ícone e símbolo. Ainda no capítulo anterior foram revisitadas as noções de denotação e conotação, sublinhando que a imagem fotográfica é carregada de grande precisão denotativa, mas que também apresenta potencial conotativo aberto.

Se observarmos tais conceitos no ambiente da fotografia jornalística, perceberemos que nas páginas de jornal a fotografia será inserida por causa da sua excelência denotativa, portadora de verossimilhança prezada pelos jornais. É igualmente observável que a abertura da imagem fotográfica a múltiplas conotações impõe desafios aos artífices dos jornais, que precisarão regular este potencial conotativo. Para entender a contribuição da fotografia para a elaboração das notícias e verificar as restrições e obrigações impostas pela sua inserção, faz-se importante entender os múltiplos textos que compõem o discurso jornalístico, para então podermos entender o nicho ocupado pelas fotografias e legendas.

3.1 COMPOSIÇÃO DO DISCURSO DAS NOTÍCIAS

No contexto da mensagem construída pelos órgãos de imprensa, a imagem fotográfica não é uma estrutura isolada; a fotografia é elemento de uma mensagem intertextual, composta também por conteúdo linguístico, sob a forma dos textos, legendas e artigos. A totalidade da mensagem jornalística se dá, então, pelo somatório de dois discursos convergentes, um deles formado pelas palavras, outros pela mensagem visual contida nas linhas, superfícies e tonalidades descritas pelas imagens. Embora sejam mensagens complementares, que coexistem em determinado espaço, jamais se cruzam, jamais constituem elementos homogêneos (BARTHES, 1961).

A revisão bibliográfica dos escritos de Jorge Pedro Sousa (2001) é vital a esta altura, pois o autor português lega uma descrição minuciosa das mensagens que formam o conteúdo

dos jornais diários. Para a sequência deste trabalho é especialmente cara a sua tipificação das categorias de texto jornalístico, onde encontraremos a definição de notícia jornalística. A revisão destes conceitos é imprescindível se considerarmos que um dos objetivos deste trabalho acadêmico é averiguar a capacidade de afinamento entre os discursos de jornais e seus respectivos públicos, consolidada através de expedientes como as legendas fotográficas, discurso hipoteticamente conotativo e opinativo presente das notícias diárias. Em "Elementos de Jornalismo Impresso", de 2001, Sousa define notícia:

Enquanto gênero jornalístico a notícia é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente (ou, pelo menos, de que só no presente se tenha conhecimento), vários acontecimentos ou desenvolvimento de acontecimentos. Representa também informação nova, atual e de interesse geral. É o gênero básico de jornalismo. (SOUSA, Jorge Pedro. 2001, p. 231-232)

Segundo Sousa, uma notícia comporta diversos tipos de texto, trazendo na sua estrutura elementar *título, texto, fotografia e legenda*. Sobre os títulos, o autor define que, segundo a tradição jornalística dominante os mesmos devem ser informativos, sintetizando o núcleo duro da informação em uma frase curta, forte e sedutora. Devem ser claros, concisos, atuais e verídicos. A leitura de títulos redigidos de tal forma torna possível apreender de imediato a informação contida no restante da notícia. Funcionam como pontos de entrada para o leitor, sendo fatores de aprovação ou rejeição do conteúdo. Os títulos são carregados de um teor subjetivo que os aproxima da linguagem publicitária. Títulos tem como função agarrar o leitor, antecipar a história, anunciar e vender a história, despertar a atenção, revelar a essência da notícia, imprimir estética ao jornal, organizar graficamente o espaço do jornal, hierarquizar as notícias. (SOUSA, 2001).

Para Souza, o texto noticioso é enxuto, não ultrapassando a marca dos dois mil caracteres. Ao atingir e ultrapassar este limite, a notícia passa a ser uma pequena reportagem ou notícia desenvolvida. No corpo do texto são admitidos elementos de outros gêneros, como como por exemplo a entrevista, através do emprego de citações. Em notícias o texto deve aparecer carregado de uma intenção de rigor e verdade, que devem buscar o factual sem se limitar à mera descrição dos fatos. Para tanto, deve combinar elementos descritivos, narrativos e citações, sendo permitida até mesmo um função analítica (SOUSA, 2001).

Dentre os modelos estruturais para a redação do texto noticioso, é comumente utilizado o da pirâmide invertida. Este modelo encarna os ideais de objetividade do trabalho de elaboração das notícias jornalísticas, pois entrega ao leitor as informações essenciais já na entrada do texto. O primeiro parágrafo, ou *lead*, deve conter o resumo da notícia, permitindo ao leitor abandonar o texto após cada parágrafo, conforme sacie a sua necessidade de informação. (SOUSA, 2001). A construção tradicional do texto jornalístico, é permeada, portanto, por um ideal de objetividade, acompanhado de uma reflexão feita pelos emissores da mensagem jornalística: a redação se conforma à ideia de que o leitor de um jornal busca informação precisa sem precisar se comprometer com a leitura da totalidade das notícias e de seus caracteres.

A inclusão da fotografia no discurso jornalístico cumpre tanto função sedutora, pela estética da imagem, complementando assim o título, quanto apresenta e reitera o conteúdo do corpo da notícia. A evolução das recomendações técnicas presentes nos manuais de jornalismo indica o crescente compromisso com uma capacidade denotativa cada vez mais precisa. Em resgate dos manuais que dedicaram páginas ao jornalismo fotográfico, Sousa destaca regras como as de Price (1932) e Kinkaid (1936), que defendiam o distanciamento do jornalista fotográfico da composição formalista; registra também preceitos mais recentes, como os contidos no manual de Kerns (1980), que visa atingir o máximo possível de objetividade jornalística, através de técnicas de composição como a regra dos terços, de tal maneira que os assuntos fotografados sejam dispostos em posições assimétricas, em pontos da imagem que facilitem a identificação dos principais elementos da imagem. Soma-se a isso a recomendação da exclusão de distrações, através do enquadramento seletivo e do uso de profundidades de campo diminutas. Essas e outras regras de elaboração de imagens jornalísticas ajudam a delimitar e reiterar a função desta modalidade fotográfica: a fotografia jornalística está presente na página dos jornais justamente por nos dizer que "tal acontecimento se deu desta forma", envolveu "estas pessoas" em "determinado local". O noema fotográfico delineado por Barthes é uma das maiores prerrogativas da fotografia jornalística, pois o que quer que esteja representado nas fotografias das páginas dos diários jornalísticos, "foi".

Se cruzarmos novamente o ideal de fotografia jornalística com os preceitos de objetividade da pirâmide invertida e do *lead*, que trazem as perguntas essenciais ao jornalismo diário ("Quem?", "O quê?", "Quando?", "Onde", "Por que?"), é possível perceber na imagem fotográfica potenciais diferentes para responder a estes questionamentos. Se por um lado a

fotografia inegavelmente nos diz que *alguém* ou *algo* aparece, ela é muda para explicar de quem ou o quê se trata; assim como nos apresenta um *local*, sem esmiuçar aonde o autor da foto estava no momento do clique. Apresentada de forma isolada, pouco informa sobre as motivações de determinado acontecimento e não é totalmente precisa quanto ao período em que se realizou o recorte fotográfico perpetrado pelo obturador. Embora estas dúvidas possam ser sanadas ao longo da notícia, é praxe jornalística acompanhar as fotografias de legendas que preencham estas lacunas e delimitem o discurso da imagem.

Quanto a esta questão, Sousa é enfático ao nos dizer: "*Não existe fotojornalismo sem texto*" (SOUSA, 2001, p. 444). Segundo o autor, se uma fotografia, por mais expressiva e tecnicamente irrepreensível que seja, não for acompanhada de texto jornalístico, ela pode valer como símbolo de determinado tipo de situação, mas não haverá de funcionar como índice do acontecimento particular que representa. Cabe à legenda fotográfica então, primariamente, a tarefa de ancorar a imagem, concluindo o processo de denotação iniciado na fotografia capturada, preenchendo eventuais lacunas que poderiam ser geradas na leitura do fato.

O texto de acompanhamento ou legenda, ainda cumpre outras funções, como chamar a atenção para algum dos elementos da imagem, podendo desta forma ser até mesmo redundante; pode, também, complementar a fotografia, suplantando a incapacidade de abstração de determinados instantâneos; deve conotar a imagem, guiando o leitor para o sentido pretendido pelo jornal, excluindo os múltiplos sentidos suscitados pela imagem original. Por fim, pode se prestar a analisar, interpretar ou comentar a fotografia (SOUSA, 2001). Esta última função é essencial a este trabalho acadêmico, pois é neste potencial conotativo e, acima de tudo, opinativo, que opera a intencionalidade do discurso da redação jornalística, e muitas vezes, da diretoria do jornal sobre o conteúdo de cada imagem publicada. A legenda fotográfica é, então, ao mesmo tempo tanto de natureza técnica e objetiva, quanto subjetiva e permeada de conteúdo editorial.

3.2 ASPECTOS TÉCNICOS DA ELABORAÇÃO DAS LEGENDAS

Uma vez delineados os principais elementos constituintes das notícias dos jornais diários e destacada a necessidade de inserção de legendas que acompanhem e ancoram as fotografias jornalísticas e observada sua relação de coexistência e complementaridade com as imagens, cabe a este trecho do trabalho a elucidação de como são redigidos estes textos de

acompanhamento. Para tanto, buscaremos no manual de fotojornalismo redigido por Martin Keene (1995) as principais linhas-guia para a construção de legendas fotojornalísticas competentes. É importante ressaltar que tal esforço visa também fundamentar a proposta a ser apresentada aos leitores de jornais portoalegrenses na metade final deste trabalho. Com a devida compreensão do processo de criação de legendas, poder-se-á construir um texto claro e enxuto, de forma a garantir a compreensão da proposta e aparelhar os leitores, para que estes consigam emular o momento da redação das legendas sem maiores dificuldades.

Sobre as legendas que acompanham as fotografias jornalísticas, Keene resalta que se tratam sempre de textos que podem ter desde três a quatro palavras, como também durar alguns parágrafos, que utilizam informações anotadas pelos fotojornalistas e repórteres. Apesar de serem baseadas no trabalho dos profissionais de campo, sua criação muitas vezes caberá aos editores de fotografia e ao redator-chefe do jornal, de forma a respeitar a unidade editorial e planificação do jornal. (KEENE, 1995)

Apesar de ser um processo de criação em que participam quase sempre dois ou mais profissionais, Keene (1995) resalta a importância central do fotógrafo ao longo do processo. Devido ao tempo curto para a realização das matérias e aos *deadlines* apertados das redações jornalísticas, cabe ao fotógrafo trazer diversas anotações sobre os assuntos registrados, e elaborar versões embrionárias das legendas, de tal forma que requeiram posteriormente menor atenção por parte dos editores.

Ao fotógrafos cabe então, registrar notas contendo as informações necessárias para a elucidação de eventuais questões levantadas acerca de suas fotos. Para Martin Keene, "A legenda nasce com o fotógrafo em trabalho" (KEENE, 1995, p. 177), sendo obrigação do fotógrafo registrar em bloco de notas o nome das personalidades que não sejam muito conhecidas presentes nas fotografias e seu posicionamento nas imagens capturadas, tendo sempre como fonte preferencial as próprias pessoas retratadas.

Como dito anteriormente, as imagens fotojornalísticas estão inseridas em um contexto que prima pela objetividade, e que visa explicitar acontecimentos noticiosos de forma a ofertar a informação da forma mais clara possível. Reiterando a conformação do conjunto fotografia-legenda às formas convencionais de escrita de notícias, Keene (1995) aconselha que as anotações dos blocos carregados pelos fotojornalistas respondam às questões "Quem?", "O quê?", "Onde?", "Quando?" e "Por quê?". Estas informações, como pudemos observar em parágrafos anteriores, se referem aos critérios de escrita noticiosa recomendados pela

estrutura de pirâmide invertida, observável nos *leads* das aberturas de matéria. Sem o fornecimento destas informações básicas, os editores, que, graças às suas atribuições nas redações raramente se fazem presentes no processo de obtenção das informações que constituirão as matérias, seriam incapazes de redigir legendas fotográficas precisas.

Sobre este ponto, Jorge Viana Santos (2005), em seu artigo *Operadores de tempo em enunciados de legendas jornalísticas*, afirma que legendas fotográficas são enunciados com estrutura paralela às notícias, pois referem-se às definições noticiosas de "o que, quando, onde e quem". O Autor considera as legendas signos existentes entre os campos verbal do corpo do texto, e visual, das fotografias, apresentado por isto dois segmentos principais: as legendas que procuram referenciais no texto, e as que buscam referentes em aspectos não demonstrados na imagem fotográfica. A redação das legendas emprega geralmente, segundo Santos, o uso de advérbios temporais e preposições que ligam o tempo verbal escolhido para a redação da legenda ao presente, quando da tomada da imagem. (SANTOS, 2005, p.1091, apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p. 63)

As legendas fotográficas devem estar ligadas à história relatada pela fotografia e pelo texto noticioso, tanto no que tange ao seu conteúdo, quanto em relação à sua disposição nas páginas de jornal. Para tanto, as legendas das legendas de fotografias presentes em notícias diárias costumam ter entre uma e duas linhas, de forma a facilitar sua diagramação conjunta às imagens e a paginação do jornal. Sobre o posicionamento do conjunto fotografia-legenda nas páginas de jornal, deve-se atentar à região aonde a foto ira ser colocada, de modo que sua relação com o corpo do texto e a manchete fique evidenciada. Legenda e fotografia devem estar próximas uma da outra, e este conjunto precisa estar circundado pelo restante da matéria. O leitor não deve procurar a fotografia em uma página, ou a fotografia não cumprirá seu papel de anúncio da matéria em questão.

Muitas vezes o conjunto fotografia-legenda é evidenciado pela presença de uma caixa colorida ou de um filete que as destaquem na página. É convencional que as legendas sejam apresentadas abaixo das imagens, embora em alguns casos seja permitido colocar este texto de apoio na lateral da imagem, em casos em que a legenda esteja limitada ao crédito ao autor da imagem. Seu posicionamento ainda pode ser acima da fotografia, mas neste caso, deverá ser colocada alinhada à esquerda ou o conjunto da página provocará confusão ao leitor. Por fim, diferentes projetos gráficos permitirão a inserção das legendas dentro das fotografias, caso o espaço seja apropriado (KEENE, 1995).

À legenda também caberá o papel de atrair o leitor para a matéria, complementando fotografia e manchete. A redação de uma legenda que seja redigida tendo este aspecto em mente deve apresentar palavras de abertura que sejam como parágrafos introdutórios de histórias, chamando a atenção dos leitores, sendo elo entre a fotografia e o restante da legenda. Visando reforçar tal efeito, certas publicações optam por apresentar legendas inteiras em negrito, enquanto outras podem lançar mão de textos de apoio à manchete, que cumprem também função de legenda, ao reforçar a conotação dada pelo jornal ao conteúdo da imagem capturada pelo fotógrafo. Quando escritas desta forma, esta primeira parte será digitada em negrito, enquanto o restante da legenda, de caráter descritivo, será formatado sem o uso de tal artifício. Neste caso, é imprescindível que a imagem seja apresentada próxima a esta linha de apoio.

Legendas fotográficas são, assim como o restante da matéria, submetida a critérios específicos dos jornais. Restrições específicas à escrita do texto de apoio das imagens costumam ser delineadas pelos manuais de redação, que podem exigir o uso de determinados sinônimos em detrimento de outras opções, assim como a padronização do uso de abreviaturas e siglas. Sobre as siglas, a convenção é de que só serão utilizadas nas legendas caso a descrição por extenso dos termos a que se referem já tenha sido executada em outra parte da matéria.

Outros casos podem ser normatizados, como o uso de ortografias específicas para uma série de palavras, em especial os estrangeirismos. Além disso, ainda pode ser vetado o uso de determinadas palavras, de forma a evidenciar o discurso organizacional das empresas jornalísticas, que são dotadas de agendas que permeiam o conteúdo noticioso. A não observação destas regras costuma resultar em sanções aos empregados "transgressores". Sobre tais regras implícitas de redação de texto e legenda, Keene (1995) afirma em trecho redigido de forma curiosamente zelosa, que encerra sua listagem de limitações impostas pelo "Estilo da casa" de cada jornal:

Palavras proibidas. Todos os jornais passam por fases em que os orçamentos não podem ser "inflacionados" e os "dirigentes sindicais" não podem ter conversações de "alto nível" com os "patrões". Devemos estar gratos. (KEENE, 1995, p.181)

Por fim, as legendas devem contornar eventuais potenciais problemas legais,

conformando-se aos direitos legais das pessoas fotografadas. É importante verificar se alguém que possa ser identificado na fotografia não é incriminado por meio da legenda redigida. Alguns órgãos de informação sequer utilizam palavras como "detido" ou "preso". Podem ocorrer problemas legais se a pessoa puder ser de qualquer forma identificada. Relacionar a pessoa com a infração, se for libertada ou absolvida, pode dar origem a ações judiciais por crime de injúria ou difamação. Além disso, pode afetar a possibilidade de realização de um julgamento justo, colocando o jornal em uma posição de ofensa ao tribunal. Legendas de fotografias que retratem histórias sobre crime só poderão ser utilizadas caso as faces dos acusados estejam tapadas, e, mesmo assim, deve ser ponderado se o retratado não pode ser identificado de outra forma (KEENE, 1995).

3.3 RELAÇÃO TEXTO-IMAGEM

Se texto e imagem são duas estruturas concorrentes e distintas, como Barthes (1990) nos mostrou, cabe a nós buscar o devido amparo para compreendermos as formas de operação de tal relação dentro das páginas dos jornais. Se ambos os códigos, textual e visual compartilham o mesmo espaço visando a construção de um discurso conjunto, algumas hipóteses poderão ser levantadas. Bruno Polidoro (2007), pesquisador da UNISINOS (RS), realizou esforço de articular tais hipóteses em artigo em que resgata bibliografia a respeito da construção de sentido na fotografia jornalística. Neste trabalho, três hipóteses são levantadas quanto às estruturas textuais e visuais do discurso noticioso. Primeira, as fotografias ratificam o texto, e vice-versa, de modo a comprovar o real sobre o que está sendo relatado; segunda, fotografias podem contrariar o corpo do texto, ao nos apresentarem fotos que contestam o teor e tom da notícia (o que muitas vezes é resultado de "contrabando", feita em que o fotógrafo adiciona discurso próprio à matéria ou em que uma empresa jornalística deixa repousar sutil crítica às pessoas e instituições retratadas); e terceiro, texto e imagem são costurados nas páginas dos jornais de forma a dar origem a outro discurso, extrínseco ao encontrado em cada uma de suas partes. (POLIDORO, 2007)

Fotografias que constituem a justificativa desta terceira hipótese costumam apresentar em seu discurso uma relação causal com o assunto informado no restante da matéria. Esse caso representa uma subversão da expectativa tradicional acerca do cumprimento de funções denotativas e conotativas nas páginas dos jornais. Segue aqui uma apropriação de exemplo usado por Polidoro (2007) para ilustrar este terceiro tipo de discurso proveniente do

amálgama de texto e imagem: se um determinado jornal publica matéria que trata da divulgação de índices de mortalidade infantil na América Latina, em que o Brasil figura, a fim de ilustração desta hipótese, na pior posição de ranking sobre a mortalidade de crianças de até um ano, e a fotografia que ilustra a matéria mostrar o presidente da nação divertindo-se nos Estados Unidos, o teor gerado pelo somatório das partes é de crítica ao executivo, eleito por este hipotético jornal como o principal responsável pela deplorável performance do país. Trata-se de inversão, em que a fotografia passa a tratar da conotação de matéria escrita de forma objetiva, denotativa, que traz dados científicos (caso o texto em questão apresente zelo pela objetividade, justificando seu conteúdo através da apresentação dos dados da pesquisa científica em questão). Cabe à fotografia constituinte do discurso desta hipótese o exercício do potencial opinativo da notícia, de modo a formar o discurso do público do jornal.

Tal inversão só é possível devido a uma compreensão da estrutura necessária para a realização de um texto noticioso. Se o imperativo estatuto de verdade da fotografia é a justificativa contumaz de sua inclusão nas páginas dos jornais, a apresentação de fotografias que exerçam funções um pouco mais descoladas do teor do corpo do texto só será justificável se outros elementos da notícia satisfizerem a necessidade denotativa das notícias. No hipotético caso da reportagem sobre a mortalidade infantil, esta condição foi satisfeita pela apresentação do dado científico emprestado pela pesquisa que é motivadora da notícia em questão.

Também observável a partir desta hipótese é o fato de que é facultável ao texto noticioso exercer seu potencial argumentativo e opinativo, de forma a explicitar o caráter editorial de cada elemento dos jornais, fotografias e legendas inclusas. Se comprovável for esta hipótese, e outra, analisada em capítulo posterior, sobre a existência de agendas próprias que ditem o conteúdo jornalístico, então estará justificado o esforço a ser realizado pelo exercício proposto ao final deste trabalho acadêmico, que parte do pressuposto de que exista alinhamento de agendas entre o leitor e o seu jornal de preferência e que o jornal dispõe de ferramentas de controle desta identificação ideológica, através de expedientes como a legenda fotográfica.

Para amparar este "vôo solo" que me permiti no trecho anterior, é crucial pesquisar autores que tratem da construção de sentido oriunda da relação texto-imagem. E a tradição bibliográfica nos aponta autores como Barthes (1961) como ponto de partida. Sobre o potencial de transformação de sentido que o texto apresenta quando diagramado em espaço

contíguo à imagem fotojornalística, o autor francês declarou:

Em suma, de todas as estruturas de informação, a fotografia seria a única a ser exclusivamente constituída e ocupada por uma mensagem denotada, que esgotaria completamente o seu ser; diante de uma fotografia, o sentimento de "denotação" ou, se se preferir, de plenitude analógica é tão forte que a descrição de uma fotografia é literalmente impossível; porque *descrever* consiste exatamente em juntar à mensagem denotada um relê ou uma mensagem segunda, mergulhada num código que é a língua (*langue*), e que constitui fatalmente, por mais cuidado que se tome para ser exato, uma conotação relativamente ao análogo fotográfico: descrever não é portanto apenas ser inexato ou incompleto, é mudar estrutura, é significar outra coisa além do que se mostra. (BARTHES, 1961, p.3)

Uma vez elucidada a natureza denotativa de toda mensagem fotográfica, Barthes nos alerta que, ao menos quando tratamos de fotografia de imprensa, é possível incorrer no erro de considerá-la mítica e imutável quanto à sua firmeza em denotar. Embora a conotação não seja apreendida na própria mensagem, vários fenômenos podem ser induzidos na fotografia jornalística no plano da emissão e recepção da imagem, de forma a revesti-la de outro sentido, sobreposto à mensagem original, sem código. As imagens jornalísticas podem então ser articuladas e obtidas mediante o uso de uma gama de técnicas de construção e composição realizadas a partir de normas profissionais, estéticas ou ideológicas, assim como pode ser sugerida determinada leitura que transcenda a mera denotação, possível pois as fotografias jornalísticas não são apenas percebidas pelo público, mas também lidas de acordo com uma série de signos que os artífices da notícia pressupõem que o leitor mediano disponha e que possam interferir no processo de conotação da imagem quando da sua recepção.

Para tanto, seis técnicas de controle de significado da fotografia partir da própria fotografia são elencadas por Barthes (1961), aliadas a outro fator, externo à imagem, que é a sua relação de contiguidade com o texto jornalístico. Seriam eles então: *trucagem*, em que é realizada edição na fotografia de forma que modifique a cena representada; *pose*, quando a utilização de signos implícitos pelo ângulo e postura do retratado emprega sentido adicional à imagem; *objetos*, em que estes são fotografados por emprestarem seu caráter simbólico e mitológico às fotografias; *fotogenia*, quando a imagem é sublimada por técnicas de iluminação, impressão e tiragem; *estetismo*, quando a imagem fotográfica toma para si a linguagem das

artes e se faz pintura; e *sintaxe*, quando várias fotografias apresentadas em sequência incutem um significado adicional ao que cada foto apresenta isoladamente, como é observável nas galerias fotográficas, elemento amplamente difundido de construção de sentido das reportagens online.

Se, por um lado, os processos de construção de sentido conotativo em fotojornalismo que digam respeito à própria imagem jornalística ocupam espaço diminuto neste trabalho, mais caracteres serão reservados para outra forma de conotação de imagens, também investigada no artigo "A Mensagem Fotográfica", de Barthes (1961): a conotação através da relação texto-imagem, de fundamental pertinência a este trabalho acadêmico. Três pontos são levantados sobre Barthes acerca desta relação conotativa. Primeiramente o autor alerta para o fato de que a fotografia, que outrora ilustrava os textos, através de seu potencial denotativo, agora é parasitada pela linguagem, de modo a incutir na fotografia uma mensagem cultural, carregada de moral e que fomenta a imaginação do seu leitor (BARTHES, 1961)

A segunda ressalva de Barthes sobre a conotação imposta pela contiguidade entre texto e imagem nos jornais é excepcionalmente cara a este trabalho. A proximidade parece, para o autor, modificar o grau de conotação imposta à imagem. Diferentes elementos constituintes da escrita noticiosa impõem diferentes graus de conotação conforme a sua distância da fotografia; título e texto teriam maior capacidade de dotar a imagem fotojornalística de conotação, enquanto a legenda tem efeito conotativo menor. Nas palavras de Barthes:

(...) existem provavelmente graus no amálgama; a legenda tem provavelmente um efeito de conotação menos evidente que a manchete ou o artigo; título e artigo se destacam sensivelmente da imagem, o título por seu impacto, o artigo por sua distância, um porque rompe, o outro porque afasta o conteúdo da imagem; a legenda, ao contrário, por sua disposição mesma, por sua medida média de leitura, isto é, participar de sua denotação. (BARTHES, 1961, p. 8)

Por fim, a última ressalva diz respeito à impossibilidade que a linguagem tem de dublar a imagem fotográfica, visto que qualquer tentativa de narrar a fotografia, por mais esforçada que seja, já implicaria em algum grau de conotação. Observada tal incapacidade do texto perante a foto, resta às palavras dos redatores a faculdade de enfatizar as imagens, explicitando um conjunto específico de conotações latentes contidas na fotografia, de forma a

eclipsar outros caminhos conotativos para os quais a representação fotográfica poderia apontar.

Se a legenda fotográfica entre todas as estruturas que compõem a notícia é a que menos poderia parasitar a imagem, conforme alega Barthes (1961), como poderia então ser sustentada a hipótese de que esta categoria de texto jornalístico apresente potencial conotativo e opinativo? Faz-se necessário questionar a ressalva barthesiana, acerca da conotação das imagens segundo o grau de proximidade do código textual, que define que textos próximos à imagem possuem menor capacidade de conotar a fotografia. O manual de redação dos jornais Folha de São Paulo (SILVA, 2010) e O Estado de São Paulo (MARTINS, 1997), trazem, entre outras tantas recomendações aos empregados dos diários paulistanos, diretrizes sobre a escolha do conteúdo a ser apresentado nas legendas, em mensagem que vai de encontro ao pressuposto da dificuldade de conotação da imagem por parte das legendas, defendido por Barthes. Quanto ao manual da Folha de São Paulo:

Legenda. Recurso essencial de edição. A legenda não é colocada sob a foto apenas para descrevê-la, embora não possa deixar de cumprir essa função. Por ser um dos elementos da página que primeiro atrai o leitor, merece tanto cuidado quanto os títulos. Deve ser atraente e conquistar a atenção.

A boa legenda também esclarece qualquer dúvida que a foto possa suscitar. Deve salientar todo aspecto relevante e dar informação adicional sobre o conteúdo em que ela foi tirada. Não deve simplesmente descrever aquilo que o leitor pode ver por si só. A legenda fotográfica deve atender à curiosidade do leitor, que deseja saber o que ou quem aparece na foto, o que está fazendo, onde está. Sempre que for cabível, deve usar o verbo no presente (o presente do momento em que a foto foi tirada). (SILVA, 2010, p.78 apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p.60-61)

Excerto do manual do jornal O Estado de São Paulo:

As legendas, no Estado, devem, sempre que possível, cumprir duas funções, simultaneamente: descrever a foto, com verbo de preferência no presente, e dar uma informação ou opinião sobre o acontecimento. (MARTINS, 1997, p.159 apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p.61)

Diversos autores reverberam a noção de que a legenda se presta a funções que

extrapolam a complementaridade na tarefa denotiva. Milton Guran (2002) defende que a relação entre texto e fotografia é explicitada pela presença da legenda fotográfica e pelo seu conteúdo. Destaca que a legenda deve servir de "gatilho mental" que ativa no leitor informações a respeito da imagem publicada, trecho em que Guran parece corroborar com a tese barthesiana citada anteriormente, de que a presença do texto induz a ativação dos símbolos que os leitores dispunham anteriormente. Tal ativação, segundo Guran, leva o receptor a explorar novamente, de forma aprofundada a fotografia que ilustra a matéria (GURAN, 2002, p.51, apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p. 62).

Já Ivan Lima (1988), em *A Fotografia é a sua linguagem*, considera a fotografia um produto de uma relação espaço/tempo, em que o fotógrafo escolhe determinado recorte temporal através da operação do obturador e impõe um enquadramento que constrói o discurso da imagem. Para Lima, a legenda é parte constituinte da fotografia, servindo de mediadora entre a realidade vivenciada pelo fotógrafo e a imagem recebida pelo leitor. Outro aspecto abordado por Lima é o fato de a legenda fotográfica servir para modificar o significado de imagens escolhidas pelos editores que porventura não sejam as mais adequadas do ponto de vista denotativo (LIMA, 1988, p.31, apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p. 62-63). Tal característica é pertinente quando as fotografias utilizadas são selecionadas sem maior compromisso de veracidade da informação, e sim dispostas de forma a ressaltar a opinião do jornal acerca dos acontecimentos apresentados na notícia.

Jorge Pedro Sousa (2005) também tece comentário a respeito do papel das legendas fotográficas como ferramenta de controle do potencial conotativo das imagens presentes nos jornais. Para o autor português, a relação estabelecida entre o meio jornalístico e o receptor implica que o leitor deva decodificar as fotografias para compreendê-las. O fato de parte do processo de produção de sentido das imagens se dar após a sua publicação nos jornais abre espaço para o surgimento de leituras que as conotem com discursos distintos do pretendido pelos *media*. A legenda fotográfica, então, aparece para ancorar a foto à conotação pretendida pela redação jornalística, permitindo a leitura clara e rápida das imagens. No que tange aos aspectos técnicos, as legendas devem permitir aos leitores a apreensão da autoria da foto, da fonte, assim como evidenciar a eventual realização de trucagens sobre a imagem apresentada.

Este capítulo que prestou-se a três tarefas. Primeiramente, esmiuçar os cuidados técnicos pertinentes aos redatores das legendas mediante o estudo de manuais de redação e fotojornalismo, tanto por elucidar as formas de execução desta tarefa quanto para embasar o

enunciado das entrevistas que servirão de *corpus* ao final deste trabalho acadêmico. Segundo, resgatou de teorias sobre a emissão e recepção das legendas, de forma a fundamentar a hipótese mostrada já no capítulo anterior, de que as legendas fotográficas servem ao intento de restringir o potencial conotativo que as fotografias possuem dentro do contexto jornalístico. Este mesmo exercício serviu a um terceiro propósito, de lançar luzes sobre o potencial que as legendas possuem de ser mais um local de operação do discurso dos jornais, quando estes visam realizar a formação da opinião do leitor e replicar suas agendas no discurso do público, representando assim, a passagem para o próximo capítulo, que trata da relação jornal-leitor, de sintonia de discurso, sob o ponto de vista da teoria do *agenda setting*.

4 O CONTEÚDO DAS LEGENDAS E A TEORIA DO AGENDAMENTO

Ao longo do resgate teórico executado realizado até este ponto pudemos observar que a fotografia, signo predominantemente indicial, é carregada de um discurso caro ao jornalismo. Seu caráter primariamente denotativo empresta às reportagens prova quase sempre irrefutável de que o teor das notícias é verossímil e confiável. Porém, dada a sua natureza muda, ela, que nos entrega com certa precisão mimética quem são os seus atores retratados e o local em que a captura da fotografia foi realizada, acaba por ser vaga quanto ao momento do registro, e, apresentada de forma isolada, é incapaz de precisar as motivações dos sujeitos que retrata. Sendo assim, vimos que não há possibilidade da fotografia jornalística ser publicada sem acompanhamento de legendas.

Embora teóricos importantes como Roland Barthes (1961) tenham defendido que as legendas representam a forma que incorre em menor deslocamento de sentido na fotografia, preservando seu caráter denotativo (embora o autor tenha feito ressalva sobre esta interferência menor ser apenas *aparente*, podendo ocorrer uma sutil conotação), autores mais recentes (KEENE, 1995; MARTINS, 1997; SILVA, 2010) lançaram luzes sobre as diretrizes de redação de legendas nos jornais, com intuito de permear este espaço de uma funcionalidade adicional à de mera explicação das lacunas deixadas pela imagem fotográfica, constituindo um local de diálogo e convencimento do leitor, em que esta forma de texto realiza papel publicitário, argumentativo e elucidativo.

O presente capítulo visa levantar hipóteses acerca destas funções adicionais das legendas, avaliando a perspectiva da utilização deste diminuto texto como ferramenta de formação de opinião. A legenda fotográfica, sendo mais uma das mensagens que constituem o discurso jornalístico, é construída de forma a melhor executar o ciclo de transmissão de informação. O processo de elaboração e recepção da mensagem jornalística ocorre em três pontos de um mesmo fluxo, segundo Barthes (1961); parte de uma fonte emissora, responsável pela captura, tratamento, recorte e disposição da fotografia, assim como pela criação do texto de apoio, é levada por um canal de transmissão, no caso o próprio jornal, físico ou digital; e por fim, chega ao receptor, que é o próprio leitor da publicação.

Barthes (1961) ainda afirma que o próprio jornal, através de sua identidade, seu nome, é elemento modificador de sentido ao longo do processo que culmina na leitura realizada pelo receptor. Ao sermos informados que determinada fotografia está inserida dentro do contexto

de um discurso maior, formado por todas as postagens e todas as edições de um jornal, realizamos uma leitura específica, já considerando o posicionamento geral da publicação acerca dos acontecimentos do dia-a-dia. E é nesse contexto, de acordo tácito entre os leitores recorrentes e suas publicações de escolha, que ocorre o jogo de formação de opinião, tema principal desta parte do trabalho.

4.1 OS PRIMÓRDIOS DA HIPÓTESE DO *AGENDA-SETTING*

Embora norteie as discussões sobre o alinhamento intelectual entre público e meios de comunicação de massa, a noção de que os *media* influenciam de alguma forma a opinião do público receptor da mensagem certamente não teve a sua gênese nos anos 1970, com a elaboração da hipótese do agendamento. Autores tão antigos quanto Tobias Peucer (1690) e Gabriel Tarde (1901) e Lippmann (1922) já haviam alertado para o papel dos jornais na formatação das discussões observáveis em diferentes esferas públicas. O que a perspectiva do agendamento trouxe, com as suas bases lançadas por McCombs e Shaw, foi uma estruturação da pesquisa acadêmica acerca padronização das agendas públicas através da influência dos *media*, com a publicação das primeiras pesquisas empíricas sobre o tema (SOUSA, 2007).

A pesquisa original de McCombs e Shaw, publicada em 1972, apresentou o resultado de quatro anos de análise de pesquisa realizada ao longo das eleições presidenciais americanas de 1968. Entrevistando moradores da cidade de Chapel Hill, no estado da Carolina do Norte, a dupla de pesquisadores notou alto grau de alinhamento entre as opiniões dos cidadãos acerca do pleito nacional e o teor da cobertura jornalística realizada pelos *mass media*. Os pesquisadores, complementarmente, repetiram o exercício empírico em 1972, por um período ainda mais extenso e em outra localidade, em experiência que explicitou um segundo aspecto da estrutura social que leva à uniformização dos discursos entre *media* e público. Observou-se um segundo vetor no processo de espalhar opiniões predominantes: em segundo momento o próprio público, ao debater na esfera pública, acaba por consolidar determinadas visões sobre os principais acontecimentos políticos (McCOMBS; SHAW, 1972).

A hipótese ocupa um espaço intermediário entre as linhas de pesquisa que visaram compreender a influência dos *mass media*. Enquanto os estudos desenvolvidos pela escola de Frankfurt determinam um alto grau de influência dos jornais e um público muito mais subserviente aos ditames dos jornalistas, estudos que acentuam a mediação por parte do

público, como a teoria do *mutistep flow of communication*¹, acabam por reduzir o impacto dos *media* se comparados com os pressupostos do *agenda setting* (SOUSA, 2007). Esta perspectiva ponderada, de um jogo comunicacional entre público e jornais, abre espaço para diversas correntes de estudo do fenômeno do agendamento. Por um lado tem-se um grupo de teóricos como Rogers, Dearing e Bergman, representantes da ideia de que o agendamento se dá de forma linear, em que a formação de opinião começa nos meios de comunicação, passando para o público, que por sua vez exerce pressão sobre a esfera política; de outro há uma corrente moderna, representada neste trabalho por pensadores como Nelson Traquina, que defendem a noção de que diversos atores exercem influência de mão-dupla, impondo suas vontades em todos os elos que compõem o fluxo da opinião.

4.2 A EVOLUÇÃO DO AGENDA-SETTING

O *agenda-setting*, afirma Mauro Wolf, apresenta-se mais como uma série de enunciados gerais de uma hipótese do que como uma teoria de comunicação completa. Isso se deve ao fato de a metodologia empregada pelos seus diversos teóricos apresentar um certo grau de heterogeneidade, tornando o *agenda-setting* um núcleo de temas e conhecimentos parciais (WOLF, 1987). O termo encampa uma tradição de pesquisas sobre a conformidade do público ao discurso dos *media*, e, eventualmente sobre a capacidade do público retroalimentar este processo. O ponto inicial, como descrito anteriormente, é o estudo de McCombs e Shaw realizados nos anos 1970. Cabe aqui abrir parênteses aos autores responsáveis pelo estabelecimento dos alicerces desta hipótese, de forma a permitir o estudo das diversas correntes de estudo do agendamento. Shaw:

(...) em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tem tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, p. 96, apud WOLF, 1987, p.130)

1 Teoria dos anos 1940 que trata do mesmo tema que a hipótese do agendamento, mas possui maior ênfase na capacidade de consumidores com perfil de liderança afetarem o processo de agendamento.

É notável neste postulado a ausência de julgamento sobre a intencionalidade deste processo por parte dos *mass media*. O agendamento constitui-se, pois, como uma consequência do processo de distribuição em massa de informação; a compreensão que as pessoas tem de toda informação curada pelos meios de comunicação não é forçada, mas sim emprestada por parte dos *media*. Segundo Cohen (1963), é certo que a imprensa, na maior parte das vezes não pode dizer às pessoas como pensar, porém, tem uma capacidade de determinar a elas os assuntos sobre os quais devem pensar *qualquer coisa* (COHEN, 1963, p.13, apud WOLF, 1987, p.130).

Outro pressuposto presente nas etapas iniciais de desenvolvimento desta hipótese trata da incapacidade que o público tem de absorver por completo a representação da realidade social que lhes é apresentada, o que acaba por distorcer a apreensão do conteúdo recebido. Portanto, a hipótese trata de um problema de continuidade do processo cognitivo de elaboração da informação, em que o público se apropria de conteúdo emitido segundo os critérios de relevância e organização dos produtores das notícias. (WOLF, 1987)

Último elemento do núcleo comum aos estudos do agendamento é a pressuposição de uma diversidade entre a experiência de vida cotidiana do público e a vida pública apresentada a ele pelos *mass media*, estabelecendo certa dependência cognitiva. A respeito deste tema, Grossi (1983) declara:

Nas sociedades industriais de capitalismo desenvolvido, em virtude da diferenciação e da complexidade sociais e, também, em virtude do papel central dos *mass media*, foi aumentando a existência de fatias e de *pacotes* de realidade que os indivíduos não vivem diretamente nem definem interativamente a nível de vida cotidiana, mas que *vivem* exclusivamente, em função de ou através da mediação dos meios de comunicação de massa (GROSSI, 1983, p.225, apud WOLF, 1987, p.132).

Os jornais impactam diretamente os leitores em dois níveis. Primeiramente, com a definição dos assuntos considerados pertinentes e apresentados em seu conteúdo; e em segundo patamar, ao hierarquizar tais temas dentro de suas edições. Shaw ressalta que o alinhamento entre o discurso do público e do jornal só é possível se os leitores forem expostos à agenda dos *media* por um período extenso de tempo, de forma cumulativa. (SHAW, 1979, p.102 apud WOLF, 1987, p.132). Tal observação terá impacto na realização da parte empírica deste presente trabalho acadêmico, pois significa que qualquer averiguação sobre o impacto

do discurso dos *media* só será relevante se buscar um público exato, que tenha acompanhado as publicações dos jornais avaliados por um longo tempo, como assinantes ou leitores assíduos de publicação online.

Igualmente importante para a elaboração de nossa pesquisa é delinear os campos de pesquisa definidos pelos estudiosos do *agenda-setting*. Rogers, Dearing e Bergman (1988) elencaram três áreas de investigação sobre o processo de estabelecimento de agendas e sua apreensão pelo público. A primeira delas é a averiguação do estabelecimento das pautas pelas redações, revelada ao pesquisador mediante a avaliação do conteúdo das publicações; segunda, elencar quais são os assuntos que preocupam os leitores que compõem a amostra definida, analisando os assuntos mais debatidos, o que lhes desperta interesse e a importância relativa que dão a diferentes temas; por fim, é necessário definir a composição da agenda política do período de coleta dos dados junto aos público receptor. (ROGERS, DEARING e BERGMAN, 1988, p.557, apud SOUZA, 2007, p.9-10)

Em seu resgate da elaboração da hipótese do *agenda-setting*, Sousa (2007, p.9-11) demonstra duas formas anteriormente estipuladas de se compreender o fluxo de informação e formação de opinião e discurso na sociedade. O modelo proposto por Rogers, Dearing e Bergman, que compreende a formação de opinião como um *fluir*, que parte dos meios de imprensa e culmina na pressão exercida sobre a esfera política por parte do público; e outro, idealizado por Nelson Traquina, que reconfigura o modelo anterior, atribuindo maior relevância aos leitores, que exercem sua pressão em todos os pontos do processo, de forma constante e transformadora (TRAQUINA, 2000, p.23) .

Sobre o modelo de Rogers, Dearing e Bergman, Sousa explica que se trata de um modelo que atribui maior poder de influência da mídia nos debates que ocorrem na esfera pública, pois os jornais elaboram o discurso a ser reverberado pelos leitores, receptores primários da mensagem jornalística, que por sua vez distribuem a pauta para outros indivíduos, exercendo pressão sobre o setor político (ROGERS, DEARING E BERGMAN, 1988, p.557, apud SOUSA, 2007, p.9-10). Tal configuração atribui ao espectro político uma capacidade de influenciar as pautas midiáticas, com suas ações, que se tornam notícia, e também como fonte sigilosa de informações, fechando um ciclo contínuo. O ponto deste esquema que trata da recepção e reação dos leitores corrobora tese formulada por William Solesbury (1976), que afirma que a classe política só age em relação a temas polêmicos quando estes mobilizam atenção pública (SOLESBURY 1976, p.379, apud SOUSA, 2007,

p.10).

Em contraposição às constatações empoderadoras do *media* observáveis no modelo de Rogers, Dearing e Bergman, Nelson Traquina (2000) apresenta novos moldes sobre a construção de discurso na esfera pública. O principal elemento que coloca o autor em oposição à compreensão clássica é sua noção de uma permeabilidade ao longo de todo o processo de transmissão e transformação do discurso. Nos enunciados de Traquina é atribuída uma importância maior ao público e às suas demandas democráticas, estabelecendo um contexto de inter-influência entre os diversos atores da construção do debate sobre os acontecimentos de domínio público. Em todas as etapas deste processo há ainda uma forte influência por parte de outros agentes sociais que tentam impôr suas pautas, assim como é defendido que outros acontecimentos do mundo real, que ocorram após cada etapa, tenham potencial para deslocar o sentido do discurso estipulado anteriormente.

O modelo apresentado por Traquina (2000) tem também o mérito de inserir no esquema do *agenda-setting* elementos de outros estudos, como as noções de *campo político* e *campo jornalístico*, espaços em que diferentes agentes do mesmo meio tentam dominar a construção de sentido a respeito de cada tema relevante da esfera pública. Acrescendo este fator ao fluxograma da informação midiática e sua apreensão na esfera pública se torna possível decantar a influência dos diferentes meios de comunicação na construção de sentido, assim como evidenciar a existência de constante luta entre forças políticas opostas para que a sua agenda prevaleça, sob a forma de variadas leituras que os *media* podem realizar dos fatos, conforme seus distintos alinhamentos políticos (TRAQUINA, 2000, p.23 apud SOUSA, 2007, p.10-11). *Agenda-setting*, segundo este molde estruturado por Traquina, configura um esquema complexo de compreensão do fenômeno da construção de sentido acerca de temas de interesse público, explicitando a força e interdependência dos poderes político e midiáticos, ao mesmo tempo que estabelece na esfera pública um espaço de debate e transformação, capaz de exercer forte capacidade de influência sobre os outros elos do processo.

4.3 UMA CRÍTICA À HIPÓTESE DO AGENDAMENTO

Embora tenha consolidado espaço entre os pesquisadores lusófonos, como os acima apresentados Sousa e Traquina como um dos pilares estruturantes de uma epistemologia da comunicação, a teoria do agendamento tem uma série de críticos, relutantes quanto à funcionalidade deste sistema de estudo. E Maia e Agnez (2010) escreveram artigo que servirá

como norteador deste contraponto teórico, estabelecem ressalvas, questionando a opção realizada por Traquina quando este importou a terminologia das pesquisas americanas. Em observação a respeito da transposição da teoria elaborada por McCombs e Shaw (1972) para a língua portuguesa, as pesquisadoras questionaram a adaptação do termo, considerada por ambas como imprecisa e generalista, pois ignoraria a importância da conotação original, em que o termo "set" é indicativo de uma atitude específica dos *media* que faz-se necessário se considerarmos a existência de outras teorias de nomenclatura semelhante, como a teoria do *agenda-building*.

O mesmo artigo também questiona os motivos que guiaram o *agenda-setting* ao centro das atenções dos acadêmicos brasileiros. Maia e Agnez (2010) definem a tradição dos estudos em comunicação no Brasil, apontando tendência funcionalista nos pesquisadores nacionais. Este hipotético alinhamento seria atribuível graças à recorrência constante às linhas de pesquisa que se dedicam a compreender os efeitos dos *media* sobre as pessoas. Para tanto, citam novamente Traquina, que explicita o subsídio dado pela teoria de McCombs e Shaw a uma linha inteira de pesquisadores brasileiros (MAIA; AGNEZ, 2010).

Sobre a teoria do agendamento em si, Maia e Agnez (2010) ressaltam que não se tratava de uma nova ideia nem mesmo quando da sua gênese, fato evidenciado pela admissão por parte de McCombs e Shaw da sua influência pelo trabalho de Lippmann (*Public Opinion*, de 1922). Lippmann, ainda nos anos 1920, defendia que os meios de comunicação de massa exerciam um importante papel na mediação dos cidadãos com o mundo real. Cabe a McCombs e Shaw, então, apenas o reconhecimento pelo papel conceituador e sistematizador de seus trabalhos (MAIA e AGNEZ, 2010).

McCombs e Shaw realizaram a distinção de quatro etapas de desenvolvimento da hipótese do *agenda-setting*. Partem do estabelecimento do teoria, nos anos 1960, fase em que os estudos focaram nas relações entre a agenda da mídia e a agenda do público. Posteriormente veio período iniciado em 1977, em que se buscou compreender as condições que intensificavam e limitavam a formação da agenda pública, fase em que foram conceituadas a necessidade de orientação do público, a hierarquia entre diferentes temas, e as características de cada suporte midiático. A terceira leva de trabalhos acadêmicos foi dedicada a entender como as campanhas eleitorais influenciavam o agendamento, e, por fim, os trabalhos realizados a partir dos anos 1980 adicionaram as fontes dos *media* como parte vital para a elaboração do discurso dos meios de comunicação de massa. Ao avaliar tal

classificação, Maia e Agnez (2010) são enfáticas ao afirmar que, apesar de alguns autores desenvolverem a hipótese ao longo do período relatado por McCombs e Shaw, emergiu uma perspectiva ampla e difusa de agendamento, que encampa uma série de estudos que tem em comum o método de investigação e a noção de existência de algum poder da mídia (MAIA e AGNEZ, 2010). Neste ponto as autoras abrem espaço para a contra-argumentação realizada por McCombs e Shaw:

O agendamento é bastante mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que é que devemos pensar. As notícias dizem-nos também como devemos pensar sobre aquilo o que pensamos. Tanto a seleção de objetos para atrair a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar sobre esses objetos são tarefas poderosas do agendamento (McCOMBS e SHAW, 2000, p.131. apud MAIA e AGNEZ, 2010, p.4)

Limitando-se novamente à análise dos trabalhos de autores lusófonos sobre agendamento, Maia e Agnez constataram que, entre 2005 e 2009, grande parte (53%) dos 34 trabalhos acadêmicos que se referiam a agendamento e foram apresentados nos três maiores eventos de ciência da comunicação do Brasil (Intercom, Compós e SBPJor) tratavam da questão do agendamento da mídia, representantes, assim sendo, da quarta etapa do desenvolvimento teórico do *agenda-setting*, conforme a delimitação de McCombs e Shaw. Os trabalhos representantes desta tendência foram direcionados para a tentativa de explicar como a mídia pauta certos acontecimentos, em defesa de tese em que os meios de comunicação não somente dizem sobre o que pensar, como também ditam a forma de pensar sobre os mais diversos temas. Na avaliação da dupla de autoras, mesmo os trabalhos que relativizaram a passividade dos leitores acabaram por concluir que a mídia detêm o poder de definição das agendas. (MAIA e AGNEZ, 2010)

Maia e Agnez concluem seu artigo observando que nenhum dos trabalhos publicados nos congressos brasileiros realizou qualquer tipo de análise junto à audiência ou recepção. Além disso, 59% do material apresentado lançou mão da análise de conteúdo como metodologia, avaliando-se assim o produto do jornalismo – a notícia; "em geral se discutem os processos de construção da pauta e seu enquadramento e se conclui que, ao dar determinada abordagem a um assunto, será esta visão que a audiência irá absorver e assumir" (MAIA e AGNEZ, 2010, p.6). Constatou-se ainda, que apenas 15% realizaram estudo de caso

e 18% procedimento de revisão bibliográfica, configurando uma padronização também na escolha da metodologia utilizada.

4.4 A EXPERIÊNCIA QUOTIDIANA NA FORMAÇÃO DA AGENDA DO PÚBLICO

Uma vez observada a ênfase que a grande maioria dos estudos sobre o *agenda-setting* dá a um poder determinante dos *mass media* na formação do discurso do público receptor em detrimento ao papel dos leitores na construção de seu próprio discurso, torna-se imperativo a esta altura do trabalho avaliar trechos em que autores levantaram hipóteses acerca da relevância da audiência na elaboração da sua própria agenda. Apesar do pressuposto original da teoria do agendamento ser a permeabilidade do público ao discurso midiático, diversos estudos ressaltam que esta relação não é de aceitação plena, mas sim de negociação, em processo complexo que engloba diversos fatores. Donald Shaw (1979), ponderando sobre novos conhecimentos a serem acrescentados à hipótese do agendamento, alega:

(...) a pesquisa sobre o *agenda-setting* reconhece que os atributos psicológicos e sociais dos eleitores determinam a utilização política que eles fazem dos *mass media*, mas também que o *agenda-setting* reconhece a importância dos contatos interpessoais na determinação do imposto definitivo, do conteúdo dos *mass media* sobre o público. O *agenda-setting* utiliza os fatores interpessoais para ajudar a explicar as condições em que os efeitos de *agenda-setting* são mais pronunciados. (SHAW, 1979, p.97, apud WOLF, 1987, p.137)

A hipótese do agendamento pode ser encarada como uma metáfora, que representa um padrão de recepção de novas informações por parte de indivíduos que compilaram ao longo de suas vivências extensa biblioteca de signos, extraídos de sua vivência, convivência e da exposição contínua aos *mass media*. Conforme o resultados da mediação destas três experiências, diferentes indivíduos, ao reelaborar seus discursos, extrairão variados excertos do material publicado pelos meios de comunicação. Este quadro configura uma estrutura muito mais complexa do que a que estabelece a mera absorção da "ordem do dia" dos jornais por parte dos leitores.

Duas pesquisas citadas por Mauro Wolf em seu livro *Teorias da Comunicação* desvelam este aspecto da teoria do agendamento. Primeiramente aparece estudo de McClure e Patterson (1976) sobre negociações da paz no Vietnã, em 1972, e seus efeitos no eleitorado.

No texto, os autores observaram a reação dos estadunidenses à crescente tendência dos jornais americanos de tomar por certo o estabelecimento de um acordo de paz, perspectiva que impulsionaria a candidatura do republicano Richard Nixon à reeleição para a cadeira de presidente dos Estados Unidos. Os pesquisadores identificaram diferentes apreensões das notícias sobre o armistício por parte dos eleitores de Nixon e dos simpatizantes da candidatura de oposição, do democrata George McGovern. Os apoiadores de Nixon enfatizavam o noticiário sobre a guerra, e especialmente, as notícias sobre a paz a negociada em Paris, enquanto aqueles que se identificavam com a candidatura democrata negligenciavam esta pauta, em demonstração clara que o poder de persuasão dos meios de comunicação estava sujeitado a opiniões consolidadas dos leitores a respeito da corrida eleitoral (McCLURE e PATTERSON, 1976, p.26 apud WOLF, 1987, p.138). Este *background*, por sua vez, demonstra por certo a reverberação de discursos anteriores dos *mass media*, mas também o resultado do debate político em outros pontos da esfera pública, ambos fatores constituintes do posicionamento eleitoral de cada indivíduo.

O segundo estudo citado por Wolf sobre este aspecto foi o acompanhamento por Siune e Borre (1975) das eleições dinamarquesas de 1971. Este trabalho avaliou os temas considerados prioritários por parte do eleitorado local, constatando a conformação dos votantes à parte da agenda midiática que reivindicava o estabelecimento do Mercado Comum, além das matérias que traziam economia e políticas fiscais como assuntos centrais ao longo do debate eleitoral; observaram também o declínio de outras agendas, como o combate aos problemas sociais do país, a situação da educação e da promoção de atividades culturais, igualmente negligenciadas pelos *mass media* ao longo da corrida eleitoral. Contudo, a aceitação da pauta dos *media* não previniu a aparição de temas excluídos das páginas dos jornais ao longo deste período, como a agenda ambiental e as políticas nacionais de habitação (SIUNE e BORRE, 1975, p.68, apud WOLF, 1987, p.138)

Faz-se importante, a partir da constatação da existência de temas de interesse público que são menos permeáveis à agenda midiática que outros, identificar os fatores que levam determinadas agendas dos leitores a ser menos influenciáveis pelo discurso produzido pelos *media*. Harold Zucker (1978) alega que o que difere os temas menos passíveis de influência midiática de outros é a sua *centralidade*. Nas palavras de Zucker:

Quanto menor é a experiência direta que as pessoas tem de uma determinada área temática, mais essa experiência dependerá dos *mass media* para se

possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a essa área. As pessoas não tem necessidades dos *mass media* para terem um conhecimento vivido do aumento dos preços. Estas condições, quando existem, invadem a vida quotidiana das pessoas. (ZUCKER, 1978, p. 227, apud WOLF, 1987, p.139)

A centralidade de um tema permite que os leitores possuam opinião formada acerca de diversos assuntos mesmo antes de estes aparecerem nos jornais, comprometendo a capacidade midiática de influenciar o debate na esfera pública. Este ponto é de maior relevância para a construção da hipótese que norteia este trabalho acadêmico, assim como deve servir de guia para a escolha das fotografias utilizadas nas entrevistas da parte empírica do mesmo, pois deverá ser verificada a centralidade do tema tratado na reportagem escolhida. Temas centrais, que dizem respeito à vida quotidiana dos entrevistados, devem ser evitados, ou corre-se o risco de realizar pesquisa que não possua potencial de checar a hipótese do agendamento. A reportagem escolhida, deve tratar de tema que chegue ao público somente através da mediação dos jornais, ou que, no mínimo, seja expandido consideravelmente pelas matérias. Apenas mediante tal identificação será possível produzir um *corpus* relevante.

4.5 MASSACRE DE REALENGO: EXEMPLO DE ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA AGENDA JORNALÍSTICA NAS LEGENDAS FOTOGRÁFICAS

Para concluir este capítulo, será apresentado e analisado estudo que trabalhou com a hipótese da existência de discurso midiático nas legendas de diversos jornais nacionais. Publicado em 2012, pelas pesquisadoras Luiza Lusvarghi e Mônica Zarattini (2012), o artigo *A função informativa da legenda fotográfica: o massacre de Realengo* comparou o discurso contido nas legendas dos jornais que acompanharam e noticiaram o massacre ocorrido em escola pública de Realengo, no Rio de Janeiro, episódio em que um atirador matou vários alunos antes de cometer suicídio.

A cobertura desta tragédia foi limitada pelo fato de nenhum veículo de imprensa ter conseguido entrar na escola logo após a tragédia. Contudo, o fotojornalista *freelancer* Wellington Menezes de Oliveira conseguiu fotografias exclusivas do interior do prédio. Mais precisamente três imagens: duas mostravam o cadáver do atirador estirado em uma escadaria da escola após cometer suicídio. Outra mostrava a comoção das pessoas que aguardavam informações do lado de fora do colégio, em estado de pranto. A escassez de material

fotográfico obrigou todos os jornais a publicar as fotografias de Wellington, forçando as publicações a diferenciar seus discursos através de expedientes textuais. Uma vez observada esta peculiaridade acerca da cobertura do massacre, Lusvarghi e Zarattini partiram para a investigação das legendas, de forma a verificar sua hipótese, de que os diários jornalísticos imprimiriam seu discurso e agenda às legendas, de modo a conotar de diversas formas as fotografias de Wellington Menezes de Oliveira.

Ao longo deste artigo Lusvarghi e Zarattini justificaram sua hipótese através de revisão de textos que tratam da relação imagem-texto nas páginas dos jornais; alguns destes conceitos, inclusive já apresentados ao longo deste trabalho em citação direta ao artigo da dupla de pesquisadoras da USP, como a diferenciação entre a denotação e a conotação, exercidas pelas diferentes mensagens empregadas nas páginas dos jornais, lançando mão da definição barthesiana acerca do tema. Outro conceito evocado foi o da interferência do fotógrafo, que determina assuntos, recortes, equipamentos, em decisões que são embutidas de ideias preconcebidas pelo mesmo. Este repertório cultural, estético e ideológico (KOSSOY, 2002, p.19, apud LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012, p. 58) define o golpe do corte do obturador, e adere à imagem um discurso que é externo à mensagem sem código da câmera.

Mais relevante à hipótese que foi trabalhada neste estudo é a conceituação do trabalho do editor do jornal, e sua relação com as legendas fotográficas. Lusvarghi e Zarattini (2012) elucidam o processo de recepção, diagramação e edição das legendas fotográficas, ao explicar que os fotógrafos enviam sugestões de legenda, que são diagramadas na página do jornal, para que então o editor, com o conjunto de textos e imagens já dispostos conforme serão publicados, modifique a legenda tendo em mente a totalidade do contexto da matéria produzida (LUSVARGHI e ZARATTINI, 2012).

Ao longo da conclusão do trabalho, Lusvarghi e Zarattini classificam os tipos de legenda fotográfica, usando como exemplo aquelas que foram atribuídas às fotografias de Wellington de Oliveira. Em sua listagem, delimitaram quatro categorias deste tipo de texto jornalístico: *conteúdo*, em que são apresentadas as informações consideradas necessárias pelos jornais para situar o leitor em relação a situação retratada; *descrição*, em que as legendas contém descrição literal da imagem; *opinião*, em que o teor é desconectado do que é apresentado pela fotografia, suscitando determinado ponto de vista; e *ficcional*, que trata dos casos em que a legenda traz conteúdo que não encontra sustentação nem na imagem nem no texto da matéria, fruto de suposições feitas pelo jornal e que contém informações que não

foram checadas pela redação (LUVARGHI e ZARATTINI, 2012)

Sobre esta listagem, a dupla apresenta duas questões, de ordens distintas. Primeiramente, a existência de capas que trazem legendas ficcionais se dá pelo fato de as legendas enviadas pelo fotógrafo *freelancer* terem sido demasiadamente suscintas (as sugestões de legenda por parte de Wellington Oliveira apresentadas ao longo do corpo do texto confirmam esta afirmação); este tipo de legenda ocorre também devido a negligência dos jornais, que, provavelmente guiados pelo critério de imediatez imposto pela grandeza do fato noticioso, não checaram diversas informações e acabaram veiculando suposições. Segunda e mais relevante afirmação é que as legendas categorizadas como sendo de *opinião* configuraram tentativa de adequar as fotografias ao discurso do jornal e ao enfoque escolhido para o fato. Esta abordagem produz legendas tão distintas quanto "(...)deixou carta de teor religioso e orientação sobre o funeral" e "(...) após ser atingido por um PM com um tiro no abdômen e cometer suicídio com um tiro na boca"; que atribuem valores diferentes aos eventos. Se a primeira legenda adiciona complexidade ao perfil do atirador, a segunda acentua o caráter de foto-choque da imagem original, que se aproxima da abordagem dos fotógrafos de perícia.

Observado foi também o fato de que as legendas mais sensacionalistas, que reforçam o aspecto chocante da fotografia original, vêm acompanhadas de manchetes igualmente impactantes, em provável esforço dos jornais para causar comoção e catapultar as vendas, ressaltando o potencial de manchete e legenda enquanto mensagens que possuem caráter tanto jornalístico quanto publicitário. O estudo conclui, em seu fechamento, que a grande maioria das legendas falhou em cumprir papel informativo. Também presente no fechamento do estudo está alerta para a quase inexistente preocupação por parte dos jornais em relação ao impacto de seu discurso na audiência, pois a publicização do perfil do assassino e do teor da sua carta de suicídio (em alguns jornais divulgada *ipsis literis*) poderia ter influência psicológica sobre os receptores da mensagem dos jornais, conforme observação feita por Eugênio Bucci (2011, p.1, apud LUSVARGHI e ZARATTINI, p.77), em artigo que afirma que os jornais pouco poder tinham para evitar a publicação destas fotografias, mas que a extensiva cobertura do caso traria a fama que provavelmente motivara o assassino, e que poderia vir a incentivar novos casos de assassinato (coincidência ou não, um menino de 10 anos veio a assassinar a professora com arma roubada do pai, meses depois, no ABC Paulista).

A apresentação deste artigo deu-se com o intuito de revisar estudo sobre o uso das legendas como forma de estabelecer diálogo ideológico com um público idealizado pelos jornais. A confirmação desta hipótese por parte de Lusvarghi e Zarattini vai ao encontro do teor desta monografia, ao definir a legenda como ferramenta de controle da mensagem entregue ao leitor, e acima disso, como expediente através do qual os *media* exercem poder de sugestão de leitura dos fatos diários. E é esta característica que norteia a hipótese que permeia o capítulo empírico deste trabalho, que será apresentado mais adiante.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso do presente trabalho visou estruturar elementos que fundassem seu marco teórico e permitissem a elaboração do exercício apresentado no seu capítulo de análise. Ao longo do segundo capítulo o foco da monografia foi a imagem fotográfica, com o intuito de revelar as limitações do seu discurso quando empregada no contexto do jornalismo diário. De tal modo, observou-se a necessidade de coexistirem fotografia e legenda, de forma a limitar o potencial conotativo das imagens registradas pelos fotógrafos. O ponto seguinte foi levantado pelo terceiro capítulo, em que foi elaborada a noção de legenda fotográfica. Nesta altura do trabalho foram apresentadas as funções e o modo de se escrever as legendas fotográficas, com o intuito tanto de avançar a pesquisa quanto de capacitar o entrevistador a guiar os colaboradores da pesquisa através da tarefa presente neste trabalho.

O quarto capítulo nos capacitou a entender um pouco mais o fenômeno de formação dos leitores por parte dos jornais, e ponderar sobre a resistência parcial do público à influência dos diários jornalísticos. A comprovação da existência do agendamento através das notícias, e do potencial das legendas fotográficas em ser parte deste processo, conclui a construção teórica deste trabalho, legitima o esforço realizado a seguir e norteia a análise de conteúdo das linhas redigidas pelos leitores.

Agora, quanto à proposta delineada na introdução deste texto, cabe aqui a determinação do processo de entrevista e análise que apresentaremos com o objetivo de testar hipótese do agendamento e a capacidade do público replicar as ideologias, metodologias e métodos dos jornais que acompanham. Serão apresentadas a vinte entrevistados duas fotografias sobre o mesmo evento, retiradas de dois veículos diferentes, e será requisitado aos colaboradores que legendem as fotografias, que serão apresentadas destituídas de suas legendas originais, permitindo que o público utilize o seu próprio código e discurso para ocupar este espaço.

A distribuição deste público será de tal forma que metade da amostragem seja composta por leitores assíduos de uma publicação enquanto a outra metade por público que acompanhe constantemente a outra. As publicações escolhidas, para que uma amostragem tão diminuta retenha mínima relevância deverão ser suficientemente distintas. A primeira publicação utilizada será o jornal Zero Hora, dada a sua abrangência enquanto meio de informação predominante da população gaúcha, enquanto, para seu contraponto, será utilizada

fotografia extraída do site Sul 21. A opção por este sítio jornalístico portoalegrense se dá através da constatação de uma preponderância de artigos de autores identificados com ideologias de esquerda e a constância de pautas de cunho social em sua página inicial. É relevante, também, por configurar uma publicação de nicho, com público definido e reduzido, que pode demonstrar potencial de agendamento diferente daquele observável em um jornal de maior alcance, como a Zero Hora.

Uma vez coletadas as legendas fotográficas escritas pelo público o trabalho partirá para um esforço de leitura crítica do material produzido. Em etapa inspirada pelos pressupostos da análise de conteúdo, será primeiramente avaliado o teor das legendas produzidas pelos leitores, disposto em diversas tabelas, conforme critérios considerados relevantes durante a fase de leitura crítica do material coletado. Em seguida, serão apresentadas as legendas publicadas originalmente, que também serão classificadas de acordo com os critérios utilizados para a categorização das legendas dos colaboradores. Com o discurso e técnica do material original uma vez elucidado, será possível partir para a averiguação da hipótese do agendamento, ao checar se um número relevante de legendas dos leitores acompanhou o conteúdo apresentado pelos jornais Zero Hora e Sul21, ou se é possível afirmar a existência de outras relações entre o produto das redações e leitores. Neste ponto também será checado se as legendas de ambas as partes pertencem a categorias semelhantes, conforme a classificação apresentadas pelo artigo de Lusarghi e Zarattini (relembrando: legendas de conteúdo, descritivas, opinativas e ficcionais).

De tal forma, será possível avaliar algumas hipóteses: primeiramente, o leitor segue a forma de entender o mundo apresentada pelos jornais que acompanha, de tal forma que é capaz de replicar em parte o discurso do jornal quando convidado a ponderar sobre as notícias veiculadas pela publicação de sua preferência. Em caso de confirmação da existência de afinção intelectual e ideológica entre jornais e público, será comprovada a hipótese que permeia este trabalho acadêmico, que trata, em primeiro plano, da capacidade de empréstimo ideológico e terminológico por parte dos jornais, e em segundo plano, da possibilidade desta função ser exercida também através das legendas fotográficas, principalmente em relação a assuntos que o leitor não vivencie diretamente.

Será também possível ponderar sobre a capacidade de fotografias isoladas produzirem conotações distintas, que transcendam a agenda dos jornais em que foram publicadas. Em caso de desajuste entre as legendas do público e dos jornais, será reiterado, ao menos, o papel

de ancoragem que as legendas fotográficas possuem, em primeira instância. A pertinência de quaisquer destas hipóteses suscitará breve discussão amparada no resgate de conceitos trabalhados anteriormente neste trabalho, assim como a demonstração de teorias complementares aos cenários que compunham a hipótese original.

5.1 SOBRE A TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

A etapa final deste trabalho, lança mão, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo, devido à amostragem enxuta e a ênfase na avaliação do teor do material coletado. Para a execução de avaliação das entrevistas, será empregada a técnica da análise de conteúdo, inspirada na definição dada pela pesquisadora Laurence Bardin, professora da faculdade de Psicologia da Universidade de Paris V. Segundo Bardin, a análise de conteúdo consiste em:

(...) conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1977, p.38)

Para a realização de análise de conteúdo, Bardin recomenda o cumprimento de diversas fases, desmembradas em etapas. Primeira etapa é a de pré-análise, em que são realizadas as tarefas de leitura e demarcação do material realizado, prosseguindo para a formulação de hipótese e a realização do recorte e referenciação dos índices a serem analisados (BARDIN, 1977). Considerando a proposta deste capítulo, será definida a leitura das legendas produzidas, de forma a checar a hipótese aqui apresentada, de existência de homogeneização de discurso entre os jornais e sua base de leitores. Para o cumprimento da última etapa de pré-análise, serão recortados os termos de teor recorrente, dispostos em tabelas que hierarquizem a informação.

A segunda fase envolve a categorização do material recortado, através da definição de categorias e da contagem frequencial. Esta etapa delimita o *corpus* de análise, definindo as partes referenciais a serem submetidas a uma avaliação mais aprofundada. Por fim, a análise de conteúdo conduz a uma terceira fase, que diz respeito ao tratamento dos dados recortados,

e sua devida interpretação. Esta avaliação tem caráter inferencial, constituindo etapa reflexiva e crítica. O conteúdo recortado das legendas será avaliado de modo a checar a existência de alinhamento ideológico entre os termos utilizados pelo público e os jornais.

Para a avaliação dos documentos, é preciso diferenciar o discurso denotado e conotado do seu conteúdo. A variedade provável dos termos empregados pelos leitores só constitui um *corpus* passível de análise se encontrarmos neles o seu *conteúdo latente*, termo emprestado a este trabalho pela definição de Augusto Triviños (TRIVIÑOS, 1987, p.162, apud MOZATTO e GRZYBOVSKI, 2011, p.736). Sendo definido o teor latente das mensagens, então será possível aferir a existência ou não de uma semelhança de conteúdo.

Cabe a esta altura uma ressalva importante. A senioridade acadêmica do autor do trabalho, assim como a brevidade inerente a uma monografia, permitem que o esforço empírico aqui presente tenha apenas um caráter exploratório e experimental. O método aqui empregado é fruto de epifania e a sua execução aparece aqui, posto isso, como uma sugestão, e não como um trabalho que represente uma "verdade acadêmica". A análise será mais inspirada pela análise de conteúdo do que guiada passo-a-passo pela mesma.

Dito isto, cabe definir, neste momento, as fotografias a serem legendadas, e elaborar o texto a ser utilizado no enunciado do exercício proposto aos colaboradores da pesquisa. O acontecimento jornalístico que servirá de base para o exercício é a retirada, por parte da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, de estudantes que manifestavam seu descontentamento com o governo do estado através da ocupação de prédio da Secretaria da Fazenda estadual, lotada na Avenida Mauá, em Porto Alegre, no dia 15 de Junho de 2016.

A matéria foi escolhida por ser, na leitura aqui realizada, uma situação que pode ser lida de diversas formas. A partir do movimento *Occupy Wall Street*, do ano de 2011, a ocupação de locais públicos simbólicos tornou-se tática recorrente dos movimentos que demonstram descontentamento com o *status quo*. O *Occupy* foi movimento em que manifestantes ocuparam a partir do dia 17 de setembro do referido ano o Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, em protesto à desigualdade econômica e social, tendo como alvo principal as empresas do setor financeiro, face escolhida pelos manifestantes para representar os 1% mais ricos dos EUA. A partir deste movimento, as ocupações foram replicadas em diversos locais do mundo de forma recorrente, Porto Alegre inclusa.

O uso desta tática é passível tanto de análises positivas quanto negativas. Hakim Bey (1985) enquadra ocupações como zonas autônomas temporárias. Esta terminologia serve para

definir a ocupação, de forma anárquica e temporária, de espaços públicos e privados, "constituindo um coletivo ou aglutinação de pessoas que se organizam de forma que evite um hierarquização opressiva" (BEY, 1985, p.2). As zonas autônomas temporárias defendidas por Hakim Bey apresentam caráter fugaz, de forma a evitar maiores conflitos com o estado, liberando os ocupantes a repetir o procedimento em outros locais. Outros textos ressaltam que o uso do termo "ocupação" configura tentativa de desvincular de protestos e invasões urbanas o seu caráter legal. Em artigo que defende a leitura constitucional de ocupações urbanas, Erminia Maricato (2000) afirma:

Os movimentos sociais que lutam pela moradia rejeitam o termo "invasão", que consideram ofensivo e adotam "ocupação". Para o que nos interessa aqui, a caracterização jurídica de propriedade é o que conta, na definição, já que, somente ela, assegura o direito de permanência no local. (MARICATO, 2000, p. 2)

Diferenciadas as definições ideológicas de ocupação e invasão, voltamos à apresentação do acontecimento noticioso utilizado no exercício aqui proposto. No caso, apresentado aqui através das matérias dos jornais Zero Hora e Sul21, estudantes, municipais e professores foram dispersados de sua ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda, no dia 15 de junho de 2016, mediante o emprego de força e uso de armas não-letais por parte da Brigada Militar. A reação policial, como ressalta a matéria do jornal Sul21, se deu poucas horas depois do início do protesto, e, como explicado por ambas as notícias, culminou na detenção de diversos manifestantes ("43", segundo a Zero Hora; "pelo menos 42", segundo o Sul21).

5.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS RECORTADAS

Antes de partirmos para a etapa de análise de conteúdo, faz-se obrigatório apresentar as fotografias que foram escolhidas para a realização do exercício proposto, de modo a situar o leitor deste trabalho e compreender melhor os recortes ideológicos de cada colaborador. A análise das imagens também é importante para se considerar a possibilidade das fotografias influenciarem a leitura dos indivíduos, quando apresentadas isoladamente.

Ambas as fotografias escolhidas, uma de cada jornal, tratam da mesma situação, ao retratar a retirada, mediante o uso de força, dos manifestantes que ocupavam o prédio da

Secretaria da Fazenda. A fotografia escolhida como recorte da matéria do jornal online Sul21 nos mostra o instante em que a tropa de choque da Brigada Militar do Rio Grande do Sul aproxima-se de manifestantes que defendiam o direito ao protesto por parte dos estudantes que ocupavam o prédio.



Crédito: Joana Berwanger/Sul21

Os elementos pungentes da imagem, tanto por seu caráter narrativo quando composicional estão nos gestos dos manifestantes e do policial em destaque. Em uma rápida tentativa de empregar a classificação barthesiana a esta imagem, é possível discutir a possibilidade de existência de três técnicas de controle de significado nesta imagem. Primariamente, trata-se de uma imagem à qual é atribuível a presença de domínio através da *pose* escolhida: a leve inclinação para o lado de trás da Brigada Militar guia a ação da foto, reforçando a iminência da ação policial, que tem como alvo os manifestantes, que colocados ao final do vetor determinado pelo enquadramento, são retratados em postura defensiva, evitando o conflito (muito provavelmente em vão), reforçado pela simbologia da postura de dois manifestantes, com as mãos estendidas como se estivessem clamando por diálogo, de

forma a evitar o embate. Reforça este sentimento a presença de símbolo que guia tal leitura: a arma de fogo empunhada pelo policial em primeiro plano, de forma a representar a prontidão de quem está disposto a dispará-la. Observar este detalhe implica afirmar que a fotografia do jornal Sul21 registrou uma imagem em que os objetos também fazem parte de sua narrativa, e que nos apresenta uma leitura crítica da situação, em que nos é sugerido que a ação da polícia é desproporcional e alarmada, indisposta a qualquer forma de negociação.



Crédito: Mateus Bruxel/Agência RBS

Já a fotografia escolhida para representar a reportagem de Zero Hora, apresenta instante em que é utilizado spray de pimenta em direção aos manifestantes, em situação de combate deflagrado, em que os policiais estabelecem a formação de linha de escudos como tática para enfrentar aqueles que expressavam descontentamento com a remoção dos estudantes que ocupavam a Secretaria da Fazenda.

Ao observar o ângulo escolhido para a captura da imagem presente na matéria de Zero Hora, é possível notar o controle do discurso da imagem através de *pose*, pois há nesta imagem o protagonismo da força policial, que forma um cinturão de escudos que permite o

enfrentamento aos manifestantes. A proporção dada aos policiais na imagem exclui a outra parte do conflito, pois somente conseguimos distinguir um manifestante na imagem. Esta preponderância é ressaltada pelas altas luzes da imagem, projetadas nas áreas esfumadas pelas bomba de gás lacrimogêneo, que acabam também por ocultar os manifestantes, em controle de iluminação que podemos classificar como *fotogenia*. Novamente, conseguimos determinar a configuração de um conflito urbano, pois o uso de dois tipos de arma não-letal implicam este tipo de situação, em mais um caso de controle de sentido através da presença de *objetos*. A exclusão da situação em sua totalidade implica um discurso de maior neutralidade em relação ao caso, pois não é possível inferir se há ou não abuso, visto que não sabemos se os policiais estão cercados ou se concentraram o uso de suas armas não-letais em apenas um punhado de manifestantes. Há nesta foto o relato de um procedimento-padrão, executado por tropas de elite em diversas situações de sítio; há aqui uma foto que poderia tratar de uma simples reintegração de posse ou de um enfrentamento maior, como em casos de insurreição popular.

5.3 ELABORAÇÃO DO ENUNCIADO DA PROPOSTA DE EXERCÍCIO

Elaborar a abordagem adequada aos colaboradores deste esforço acadêmico constitui uma tarefa delicada, que só poderá ser concluída de forma satisfatória caso formulemos seu conteúdo embasados pelas teorias revisadas ao longo desta monografia. O enunciado a ser lido no momento da proposição do exercício aos leitores que virão a compor o nosso campo de estudo deverá capacitar os mesmos a executar a tarefa de construção de legendas fotojornalísticas, fornecendo as informações básicas sobre o caso noticioso e explicando de forma mínima as técnicas de redação desta forma de texto jornalístico.

Primeiramente, será necessário ressaltar a necessidade que o conjunto fotografia-legenda têm de responder aos questionamentos mínimos das notícias ("Quem?", "O quê?", "Quando?", "Onde" e "Por quê?"), em texto que não deve ter mais do que duas linhas de extensão, de forma a saciar a curiosidade do leitor sem esgotar a notícia, convidando à leitura da reportagem. O enunciado da proposta deverá permitir que as legendas elaboradas contenham descrição ou opinião acerca dos fatos, sem instigar uma abordagem em detrimento da outra.

Outra possibilidade que deve ser ofertada aos colaboradores do trabalho é a de utilizar o espaço da legenda como um convite à leitura da imagem, ressaltando os aspectos que

deveriam chamar a atenção dos receptores do discurso fotográfico. Esta alternativa reitera o esforço de limitação conotativa que é executado pelas legendas fotográficas, assim como seu papel de sedução do leitor.

Deve ser encorajado o uso dos sinônimos que os leitores acharem mais adequados à descrição da situação, dispensando o uso de excessos de formalismo que distanciem as legendas da visão pessoal que os mesmos tem dos fatos. Esta ênfase no enunciado terá o intuito de desincentivar os leitores a replicar supostas formas de escrita jornalística que distanciem os leitores de seus próprios discursos, ao tentar emular ideais de objetividade ou imparcialidade. Este enunciado também tem o intuito de libertar os colaboradores da fútil tarefa de dublar a imagem, em vã tentativa de denotar mais do que a própria fotografia, como nos foi explicitado por Barthes (1990) em revisão teórica ao final do terceiro capítulo.

As informações a serem ofertadas visam capacitar os leitores a compreender as informações denotadas pelas matérias em questão, sem entrar nas conotações propostas por ambos os jornais. O enunciado, portanto, deve ele mesmo responder as cinco perguntas a que se propõem os redatores dos *leads* das enxutas notícias de jornal, oferecendo as seguintes informações:

- "O Quê?": *Reintegração de posse do prédio público;*
- "Onde?": *Reintegração de posse de prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Mauá;*
- "Quem?": *Brigada Militar cumpre reintegração de posse de prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Avenida Mauá, aonde se encontravam estudantes;*
- "Quando?": *No dia 15 de Junho de 2016, a tropa de choque da Brigada Militar cumpriu reintegração de posse do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Avenida Mauá, aonde se encontravam estudantes;*
- "Por quê?": *No dia 15 de Junho de 2016, a tropa de choque da Brigada Militar cumpriu reintegração de posse do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Avenida Mauá, aonde se encontravam estudantes *que reivindicavam melhorias para as suas escolas;**

É importante ressaltar que o trecho "aonde se encontravam estudantes" representa o

esforço para evitar o uso dos termos "invasão" e "ocupação", que, conforme demonstrado anteriormente, são permeados por juízo ideológico. A questão do uso de força será omitida do enunciado, pois, este trabalho partirá da hipótese de que as fotografias apresentadas já serão suficientes para explicitar a animosidade e o confronto entre polícia e manifestantes. A exclusão desta informação do texto que contém a proposta do trabalho, permitirá, teoricamente, que os leitores atribuam a este fator um trecho do tamanho que acharem adequado. Libera também o uso da terminologia que os colaboradores acharem adequada para conotar as imagens apresentadas.

O enunciado será a única fala permitida ao entrevistador durante esta parte da entrevista, sendo vedado outras formas de comunicação até a conclusão das duas legendas. O respeito a esta regra é vital, pois qualquer explicação maior corre o risco de conotar as matérias e fotografias, pondo por terra a capacidade do exercício de demonstrar a codificação própria dos discursos dos colaboradores do trabalho. Ao entrevistador caberá identificar os leitores entrevistados, perguntando seus nomes, suas respectivas idades, e, mais importante, os jornais que costumam acompanhar, a fim de cumprir a cota estipulada para este trabalho, de dez leitores assíduos do SU21 e dez leitores do jornal Zero Hora. Por fim, o entrevistador deverá conseguir o telefone dos entrevistados, para que se possa, caso necessário, averiguar a veracidade do exercício.

Sendo assim, segue aqui o guia da entrevista, contendo o enunciado que norteará os colaboradores na execução da tarefa de legendar as fotografias:

ENTREVISTADOR: "Obrigado novamente pela tua disposição em colaborar com o trabalho. Antes de ler o enunciado, eu gostaria de fazer algumas poucas perguntas."

ENTREVISTADOR: "Nome?"

ENTREVISTADOR: "Idade?"

ENTREVISTADOR: "Qual jornal tu costumava acompanhar com frequência?"

ENTREVISTADOR: "Obrigado novamente. Agora vamos à apresentação do exercício. Aqui estão duas fotos extraídas de reportagens de jornais que tratam do mesmo fato. Eu vou te fornecer os fatos principais que foram narrados pelas duas matérias das quais essas fotos foram extraídas, para que tu possas criar legendas para essas fotos, como se tu estivesse prestes a publicar estas matérias e precisasse criar uma legenda que contenha uma descrição dos fatos que aparecem nas fotos, usando, se tu julgares necessário, algumas das informações

que eu vou te dar das matérias originais, ou até mesmo um pouco da tua leitura do que aparece nas imagens. Entendestes? (em caso afirmativo, prossegue, em caso negativo, realiza a leitura novamente. Caso o colaborador falhe em compreender o enunciado novamente, o entrevistador deverá educadamente encerrar a entrevista).

ENTREVISTADOR: "Certo, agora eu vou apresentar as principais informações contidas nas matérias originais. Caso tu te esqueças de alguma dessas informações enquanto escreves as legendas, eu posso reler essas informações para ti, ok? Aqui vai: *'No dia 15 de Junho de 2016, a tropa de choque da Brigada Militar cumpriu reintegração de posse do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na Avenida Mauá, aonde se encontravam estudantes que reivindicavam melhorias para as suas escolas.'*"

ENTREVISTADOR, APÓS A REALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROPOSTO: "Muito obrigado pela tua colaboração, eu só gostaria de anotar o teu telefone para contato, para confirmação da autenticidade da entrevista, caso venha a ser necessário."

ENTREVISTADOR: "Obrigado pela tua colaboração e um bom dia."

As vinte entrevistas realizadas a partir deste modelo serão apresentadas ao final deste trabalho, em anexo, em sua totalidade. Alguns trechos que forem julgados mais pertinentes serão citados ao longo do capítulo de análise, que será realizada a seguir.

6. AVALIAÇÃO DO CORPUS ATRAVÉS DOS PARAMETROS OFERTADOS PELA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Este trecho será dedicado à avaliação do *corpus* formado pelas 20 entrevistadas obtidas através do método descrito no trecho anterior deste trabalho. A leitura crítica do material produzido pelos dez leitores do jornal Zero Hora e dez leitores do jornal online Sul21 permitiu a construção de um modelo de análise que contém seis categorias distintas. Como este é um exercício que avalia a existência de afinidade entre públicos e jornais a partir de uma perspectiva de "baixo para cima", ou seja, a partir dos receptores, para então considerar o papel dos emissores de informação jornalística, a formulação das categorias leva primeiramente em conta o material obtido nas entrevistas.

Como veremos a seguir, são observáveis distinções entre os discursos dos leitores dos dois jornais ao menos em 6 aspectos discursivos: *posicionamento*, que representa uma categoria ampla, que abrange termos que serão reavaliados em outros pontos da análise, e que constituem o viés de cada entrevistado, seu entendimento em relação às fotografias apresentadas e seu recorte das informações ofertadas pelo entrevistador, de modo a identificar discursos pró-manifestantes ou pró-brigadianos; *legalidade da ação policial*, em que as legendas serão avaliadas de acordo com o juízo que seu conteúdo faz sobre a postura da tropa de choque da Brigada Militar ao longo da operação, checando denúncias claras de abusos de poder e inconstitucionalidade das ações dos policiais, assim como o oposto, observável em legendas que declaram que a força policial agiu dentro dos limites legais; *motivações dos manifestantes*, categoria que avalia o material produzido através de premissa em que a ponderação sobre as demandas dos estudantes concede por si só um certo grau de legitimidade à ação estudantil; *iniciativa de confronto*, em que serão classificadas as legendas que apontam responsabilidade pelo início do conflito; *juízo sobre ação dos manifestantes*, classificação que tem por base a definição da estratégia empregada pelos estudantes neste episódio, segundo as categorias descritas no capítulo anterior, onde a simples distinção estabelecida pelos termos ocupação e invasão emite julgamento sobre a legitimidade do método de protesto que se tornou tão comum nos últimos anos; por fim, definir o *método empregado pela Brigada Militar* permeia a mensagem com juízo. Esta foi a última categoria adicionada, que impôs sua presença através da clara diferenciação do tratamento dado pelos dois públicos ao tema; um grupo pormenorizou o uso de armas não-letais por parte dos

soldados da Brigada Militar, enquanto o outro produziu um discurso uníssono, de denúncia do emprego de *spray* de pimenta e lacrimogêneo como armas escolhida pelos policiais para dispersar os professores e municipais.

Após tabulada e discutida a produção dos entrevistados, será a vez de revelar o material original das legendas produzidas pelos jornais, classificá-lo de acordo com os mesmos critérios utilizados para a avaliação da colaboração dos leitores, e, ao final, buscar elementos discursivos que conectem o léxico dos jornais ao dos receptores, assim como verificar a opção por modelos similares de legenda fotográfica. Todas estas etapas de análise de conteúdo foram definidas de modo a checar a hipótese que permeia este trabalho, de existência de afinamento ideológico entre a produção dos *media* e opinião do público, através de um exercício que permita também definir os pontos em que os leitores discordam do conteúdo jornalístico ou extrapolam a ideologia observável na construção das notícias.

6.1 AVALIAÇÃO DAS LEGENDAS

6.1.1 Posicionamento

Esta categoria é a primeira, e também a mais extensa, pelo mesmo motivo: aqui será identificado se as legendas produzidas procuraram defender a posição de um dos lados do conflito descrito pelas reportagens, constituindo tarefa que avalia cada termo empregado nas legendas, e, principalmente, averigua em múltiplos termos e sentenças a existência de uma defesa aberta de um lado em detrimento do outro. Aqui também se faz importante explicar os critérios da tabulação. As seis tabelas possuem estrutura semelhante: na primeira coluna de cada uma delas serão elencadas as diferentes posturas observáveis nas legendas, seguidas por colunas que apresentam quantas legendas de cada grupo de leitores foram qualificadas em determinada categoria (leitores de Zero Hora, apresentados na tabela apenas como "ZH", e leitores do Sul21, referidos simplesmente como "Sul21"). As últimas colunas são utilizadas para elencar os termos que justificaram a contagem de uma legenda em determinada postura. À maioria das legendas que representam juízo neutro sobre os temas em questão é dispensada a apresentação dos termos, sendo definidas justificadas apenas como grupo formado por "Ausência de (termos) qualificantes".

Antes da discussão desta primeira categoria, segue a apresentação de tabela contendo a contagem das ocorrências de textos que configuram a defesa de cada uma das partes

envolvidas no confronto noticiado:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Pró-manifestantes	2	7	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Ação da BM (...) ocorre com violência" "Professores e municipais tentam conter situação" ◆ "Sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas" 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Repressivamente" "Ocupavam pacificamente" ◆ "Ocupantes" "Intimidados por policiais armados" ◆ "Movimento pacífico" "Reprimir / horrorizados" ◆ "Protestavam por melhorias" "Camponeses fardados à serviço de um governo corrupto" ◆ "Reinvindica melhorias" "Brigada Militar age desproporcionalmente" ◆ "Contra ocupação" "Brigada Militar reagiu de forma ainda mais violenta" ◆ "Polícia mais uma vez violenta" "Agem dentro de território federal"
Pró-brigadianos	5	-	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "policiais fazendo o seu trabalho" "defendendo a secretaria da fazenda" ◆ "policiais defendem prédio" "Invasão" ◆ "policiais fazem a sua parte" "manifestantes reagiram contra" 	

			a polícia" ♦ "batalhão de choque tenta conter e inibir os manifestantes que tomariam o prédio" ♦ "falha na tentativa de negociação"	
Contrário à ambos	1	-	♦ "Selvageria entre batalhão de Choque da Brigada Militar e professores"	
Neutralidade	2	3	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes

Já nesta primeira categoria é possível determinar a existência de dois campos ideológicos distintos, formados pelos leitores dos dois jornais. Os leitores do jornal Zero Hora constituem um grupo ligeiramente heterogêneo, que pende, porém, para a defesa da ação da tropa de choque da Brigada Militar, pois cinco dos dez colaboradores optaram por uma abordagem que sai em defesa dos policiais em detrimento da luta estudantil. Alguns destes chegam a dar de ombros e afirmar que a polícia realizou apenas uma operação corriqueira, dentro do que é esperado dela ("policiais fazendo o seu trabalho", "policiais fazem a sua parte"), enquanto outros fazem esforço retórico para justificar a condução da operação policial, através até mesmo de pressuposições que não encontram justificativa nas informações oferecidas pelo entrevistador ("falha na tentativa de negociação" e "manifestantes que tomariam o prédio" – vale lembrar que os professores e municipais não chegaram a acenar para a possibilidade de somar-se às fileiras dos estudantes). Apenas entre os leitores da Zero Hora foi observável discurso que condenasse ambas as partes ("selvageria entre batalhão de choque da Brigada Militar e professores"). Os leitores do Sul21 formam um grupo homogêneo, pois grande parte das legendas constitui defesa da ação dos estudantes e condenação da Brigada Militar, com sete colaboradores dos dez representantes sendo qualificadas como tal. É comum a estas legendas o esforço para ressaltar o caráter pacífico da manifestação e sua legitimidade ("ocupavam pacificamente", "movimento pacífico", "contra ocupação"), assim como denunciar excesso policial ("intimidados por policiais armados", "horrorizados", "polícia mais uma vez violenta") passando até por curioso julgamento sobre a formação das tropas da Brigada Militar ("camponeses fardados à serviço de um governo

corrupto"). Os três colaboradores que acompanham o jornal Sul21 que não foram qualificados como defensores dos estudantes que entraram no prédio da Secretaria da Fazenda do estado apresentaram posição neutra, ou seja, nenhum leitor do referido jornal submeteu legendas que fizessem leitura favorável à Brigada Militar. Entre os leitores da Zero Hora, um solitário leitor apresentou defesa dos estudantes ("sem armas na mãos, pedindo para não serem agredidas").

6.1.2 Sobre a legalidade da ação policial

A esta categoria cabe identificar as declarações que enquadram as ações policiais em um eixo que vai da constatação da conformidade de seus atos aos seu dever enquanto braço armado do estado, até a denúncia de ações que configuram atuação abusiva ou até mesmo ilegal ou inconstitucional. Observar que a tropa de choque da Brigada Militar cruzou a linha que define o limite de suas atribuições legais e atuou com pouco zelo pela cidadania dos manifestantes enquadra o texto dos colaboradores como crítica acentuada à atuação da tropa. Primeiramente, apresentamos a tabela que representa este item:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Ilegalidade	1	4	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Pessoas sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas" 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "a serviço de um governo corrupto" "tentativa de impedir população por buscar direitos melhores" ◆ "Tropa de choque da Brigada Militar age desproporcionalmente" ◆ "polícia mais uma vez violenta e inconstitucional" "militares agem dentro de território federal"
Legalidade	4	3	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Policiais fazendo seu trabalho" ◆ "Policiais fazem sua parte" ◆ "Estado, por meio dos policiais, tenta garantir a integridade" 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Brigada cumpre mandato de reintegração de posse" ◆ "brigada militar cumprindo reintegração de posse" ◆ "durante reintegração de posse"

			do patrimônio" ♦ "após a falha na tentativa de negociação"	
Neutralidade	5	3	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes

Apesar do discurso da legalidade e pertinência da ação policial encontrar um número parecido de representantes nos dois grupos (quatro na Zero Hora, três no Sul21), esta defesa é realizada de formas distintas. Os leitores do jornal Sul21 o fazem através do uso do termo "reintegração de posse", que avalia o caso específico, enquanto os colaboradores que acompanham Zero Hora apresentam defesa variada ("policiais fazendo seu trabalho" e "policiais fazem sua parte", constituindo rotina de trabalho, enquanto "Estado, por meio dos policiais" reitera a função dos brigadianos perante o pacto social e "após falha na tentativa de negociação" atribui a ação policial como passo de um protocolo que foi respeitado). Mais leitores de Zero Hora caem na zona da neutralidade quanto ao tema (cinco contra três), enquanto um número maior de leitores de Sul21 denuncia os policiais ("à serviço de um governo corrupto", "na tentativa de impedir população por buscar direitos melhores", "polícia mais uma vez violenta e inconstitucional" e "militares agem dentro de território federal"), postura que só encontra reverberação nas legendas de um leitor de Zero Hora, que denuncia abuso policial ("pessoas sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas").

6.1.3 Sobre as motivações dos estudantes

Nesta categoria, as legendas foram classificadas quanto à ocultação ou citação das reivindicações estudantis. Esta classificação parte de pressuposto citado anteriorente: sublinhar a agenda estudantil é legitimar o movimento. Segue a distribuição dos colaboradores segundo este quesito:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Citaram	1	3	♦ "estão pleiteando seu direito"	♦ "em prol de melhorias para as escolas" ♦ "protestavam por

				melhorias" ♦ "reinvindica melhorias"
Ignoraram	9	7	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes	♦ Categoria definida pela ausência de qualificantes

Esta categoria é bem mais homogênea que a anterior, representando o ponto onde os leitores de ambos os jornais mais se alinharam. Poucos colaboradores fizeram menção à motivação dos estudantes e professores. Apenas um dos leitores da Zero Hora fez menção às reivindicações (com o vago trecho "estão pleiteando o seu direito"), enquanto três do Su21 citaram a existência de pauta por parte dos manifestantes ("em prol de melhorias para as escolas", "protestavam por melhorias" e "reinvindicava melhorias").

O fato de muitos leitores ignorarem a motivação da ação que suscitou todo o evento, pode ser lida como uma consequência da ênfase dada pelas matérias originais (e transferida para o enunciado da entrevista) a um espetáculo de violência entre policiais e manifestantes (ou mesmo a rotina formada por atos como este). Muito espaço foi dispendido no material original para o conflito, como veremos a seguir, e pouco se falou do discurso dos manifestantes.

6.1.4 Sobre a tomada de iniciativa

Outro julgamento observável em diversas legendas trata da responsabilidade sobre a ocorrência do conflito entre as partes. A ocorrência de um combate urbano pressupõe uma relação causal, assim como um ator responsável pelo início do confronto, e assim sendo, aqueles que se dedicaram a uma leitura crítica dos fatos e optaram por legendas opinativas acabaram por denunciar algum dos lados como o responsável pela deflagração da etapa violenta do episódio noticiado por ambos os jornais. Segue abaixo a tabela de classificação das legendas, em relação a esta proposta de qualificação do discurso:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Brigada	3	4	♦ "Policiais fazem sua parte, afastando" "Manifestantes reagiram contra	♦ "BOE agindo repressivamente com balas de borracha contra estudantes

			<p>a polícia"</p> <p>◆ "Ação da BM (...) ocorre com ação violenta"</p> <p>"Professores e municipais tentam conter situação"</p> <p>◆ "Pessoas sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas"</p>	<p>que ocupavam pacificamente"</p> <p>◆ "Brigada Militar reprime violentamente manifestantes que se aglomeraram"</p> <p>◆ "BOE se prepara para reprimir"</p> <p>◆ "Spray e gás contra quem reivindica melhorias na educação"</p>
Manifestantes	4	1	<p>◆ "defendendo a Secretaria da Fazenda"</p> <p>◆ "Policiais defendem prédio"</p> <p>◆ "batalhão de choque tenta conter e inibir os manifestantes que tomariam o prédio"</p> <p>◆ "Manifestantes são dispersados (...) após falha na tentativa de negociação"</p>	<p>◆ "Brigada Militar reagiu de forma ainda mais violenta"</p>
Neutralidade	3	5	<p>◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes</p>	<p>◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes</p>

Esta categoria representa uma subversão da tendência observável ao longo deste capítulo, pois a maioria das legendas de caráter neutro ocorreu entre os leitores do jornal Sul21, em que metade dos leitores optaram por narrativa que não apresenta traços de responsabilização, enquanto apenas um terço dos leitores de Zero Hora se absteve de apontar responsáveis. Uma porção similar de leitores de ambos os jornais pende para a culpa da Brigada Militar, seja pelo uso de termos que representem iniciativa por parte da força policial ("BOE se prepara para reprimir", "Brigada agindo repressivamente com balas de borracha

contra estudantes que ocupavam pacificamente"), seja pela descrição da ação dos manifestantes como uma reação (caso de "professores e municipais tentam conter a situação" e "manifestantes reagiram contra a policia"). O maior diferencial entre os dois grupos de colaboradores fica a cargo da fatia que define os manifestantes como os reais culpados pela deflagração do confronto. Esta categoria conta com cinco entrevistados, sendo quatro do grupo de leitores de Zero Hora e apenas um da fatia que lê o jornal Sul21 (e este caso isolado é definido pela forma mais sutil de indicativo, a partir de termos que designam quem reagiu – "Brigada Militar reagiu de forma ainda mais violenta")

6.1.5 Juízo sobre a ação dos manifestantes

Neste trecho as legendas foram classificadas quanto aos termos empregados para definir o protesto dos estudantes. Definir a ação dos manifestantes como uma ocupação legítima o ato, ao conferir um peso maior ao caráter político do mesmo, em detrimento da visão legalista, que coloca ênfase na propriedade, ou no caso presente, na não-obstrução das atividades públicas dos prédios governamentais. Sendo assim, as categorias utilizadas são "ocupação" e "invasão", noção que representa a segunda corrente.

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Ocupação	-	3		<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Ocupavam" ◆ "Ocupantes" ◆ "Ocupação"
Invasão	2	-	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Invasão" ◆ "Tomariam o prédio" 	
Neutralidade	8	7	◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes	◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes

A qualificação das legendas segundo este critério apresenta, como no caso anterior, homogeneidade, porém, há um fator diferencial. Se é notório que quinze dos vinte colaboradores optaram por não enquadrar a ação em nenhum dos dois campos, configurando uma majoritária neutralidade, é interessante observar as cinco entrevistas restantes, pois os dois leitores de Zero Hora que escolheram um dos lados optou pela narrativa da invasão

("invasão" e "tomariam o prédio"), enquanto os três leitores de Sul21 que definiram sua postura quanto a este tema escolheram "ocupação". A amostragem diminuta deste trabalho não permite tomar por certa esta tendência de posicionamento, mas a julgar pelas outras categorias, seria o caminho natural do público das duas publicações. Parece improvável que apareça o termo "invasão" em um grupo tão identificado com a causa dos estudantes e contrário a ação policial repressiva quanto o formado pelos leitores do jornal Sul21. Já os leitores de Zero Hora são distintos entre si o suficiente para pressupor algumas ocorrências da narrativa que define estas manifestações como "ocupações", mas a tendência aponta para um número maior de ocorrências de discursos legalistas.

6.1.6 Sobre o método empregado pela brigada militar

Esta última categoria de qualificação do material elaborado pelos colaboradores traz levantamento sobre o número de legendas que citou o uso de armas de efeito moral por parte da tropa de choque para efetuar a dispersão dos manifestantes que tentavam impedir a prisão dos jovens estudantes que se encontravam dentro do prédio da secretaria da fazenda do estado. Abaixo, a tabela que representa tal categorização:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termos Sul21
Definiram os métodos empregados	5	8	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "bombas de efeito moral" ◆ "gás lacrimogêneo" ◆ "consequências nocivas" ◆ "armas de efeito moral" ◆ "spray de pimenta e gás lacrimogêneo" 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "gás lacrimogêneo e spray de pimenta" ◆ "spray de pimenta" ◆ "spray de pimenta e gás lacrimogêneo" ◆ "spray de pimenta e gás" ◆ "Spray e gás" ◆ "spray de pimenta e gás lacrimogêneo" ◆ "gás lacrimogêneo, spray de pimenta" ◆ "spray"
Ignoraram os métodos empregados	5	2	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Categoria definida pela ausência de qualificantes

Esta categoria não representa hipótese anterior à realização das vinte entrevistas. Sequer foi cogitado que haveria diferenciação relevante em relação ao número de colaboradores que definiriam as armas utilizadas pelos brigadianos, tampouco que haveria distinção da terminologia empregada por cada grupo para se referir a esta questão. Se por um lado o número de entrevistados de cada grupo que optou por definir os equipamentos utilizados pelos policiais não é abissalmente diferente (cinco leitores de Zero Hora, oito de Sul21), é na terminologia empregada que reside o diferencial.

Os cinco leitores de Zero Hora utilizaram termos variados para se referirem ao aparato policial ("bombas de efeito moral", "gás lacrimogêneo", "spray de pimenta" e até mesmo a legenda que se limitou a explicar que houve o uso de materiais que possuem consequências nocivas à saúde dos envolvidos – e dos cidadãos próximos ao conflito que não possuíam envolvimento de qualquer espécie com o combate), enquanto no grupo formado por aqueles que acompanham o diário online Sul21 houve sistemática designação das armas empregadas ("gás lacrimogêneo" e "spray de pimenta, ou "spray", foram citados em todas as oito ocorrências de legendas que descreveram o método da polícia). A reiteração da denúncia do uso destas armas provavelmente ocorre como forma de amplificar o discurso de acusação de suposta truculência por parte da força policial, que haveria abusado da violência na contenção dos manifestantes que tentavam impedir a prisão dos secundaristas.

6.2 COMPARAÇÃO COM O CONTEÚDO ORIGINAL

Uma vez definido o discurso contido no conteúdo produzido pelos leitores que colaboraram com a pesquisa, o trabalho passa para a sua última etapa. Faz-se necessário revelar as legendas originais, de forma a permitir a comparação entre o material produzido nas entrevistas e o recorte feito pelos jornais.

Na matéria "BM retira estudantes de prédio da Secretaria da Fazenda ocupado em Porto Alegre", o Jornal Zero Hora, em sua edição online publicou a fotografia utilizada neste trabalho, que nos mostra o momento em que a tropa de choque da Brigada Militar utiliza gás lacrimogêneo e spray de pimenta para obrigar o recuo dos manifestantes que tentavam impedir a retirada dos estudantes que ocupavam o prédio da Secretaria da Fazenda. A imagem em questão é a responsável por abrir a matéria, sintetizando o acontecimento. Na procura pela legenda da fotografia percebemos uma peculiaridade da versão digital de Zero Hora: o texto que executa a função de legenda aparece acima da imagem de abertura da matéria, uma das

opções descritas pelo manual de fotojornalismo de Keene avaliado capítulo 3 deste trabalho. O que diferencia a estrutura estabelecida pelos manuais e o projeto gráfico de ZH Online é o fato do texto de legenda da foto ser utilizado como linha de apoio do título da matéria, dada a sua disposição, abaixo do mesmo e acima da fotografia. Duas frases preenchem este espaço: "Manifestantes pedem verba de R\$240 milhões para melhorias nas escolas. Confusão na retirada de manifestantes levou a 43 detenções".

Já a notícia publicada no jornal online Sul21, "Policiais retiram à força estudantes que ocupavam a Secretaria Estadual da Fazenda", traz diversas fotos dispostas ao longo do corpo da matéria, sendo que a imagem escolhida é a segunda a ser apresentada. Aqui a legenda está disposta de forma convencional, abaixo da imagem dos manifestantes de mãos estendidas para a polícia, momentos antes do confronto, e nos diz: "Revoltados com a situação, manifestantes tentaram avançar em defesa dos alunos e polícia barrou".

Três são os pontos em que estes trechos revelados concordam: tratava-se de uma *manifestação* em que estudantes *ocupavam* o prédio público, ato que resultou na *retirada* dos secundaristas. Desta forma, ambas as matérias legitimam o ato estudantil, pois tanto o uso dos termos "manifestação" quanto "ocupação" reiteram que os estudantes estavam exercendo direito de protesto. Já o termo "retirar" tenta explicar a operação da Brigada Militar, afirmando que a tropa removeu os manifestantes do local, sem explicar se a dita remoção foi conduzida de forma pacífica ou não. Esta explicação pormenorizada é realizada pelos dois jornais de formas distintas, sendo a Zero Hora o jornal mais leniente em relação ao processo, definindo o embate que ocorreu durante a remoção como uma "confusão", enquanto o Sul21 indica que a retirada dos estudantes se deu através do uso da força (afirmação contida no título), e que sugere que o confronto iniciou após a polícia barrar os municipais e professores.

A legenda do jornal Sul21 ainda faz certo juízo acerca do fato noticioso, ao ressaltar a revolta dos manifestantes que estavam do lado de fora do prédio, em relação à forma como ocorria a tentativa de remoção dos estudantes, implicando abuso por parte da força policial. Para o jornal, a atitude dos professores e municipais constitui um ato de "defesa", atitude consciente, oposta à conotação que o termo "confusão", utilizado por Zero Hora, implica.

O texto de apoio apresentado pelo jornal Zero Hora fornece ao leitor dois dados concretos: a demanda dos estudantes, investimento de 240 milhões de reais em melhorias para as escolas (sem explicar se esse investimento seria em escolas estaduais apenas, ou

representaria demanda nacional); detalha também o número de estudantes detidos ao final da operação policial, 43. Este número, difere do apresentado pelo jornal Sul21 (que afirma que foram pelo menos 42 os estudantes recolhidos), e indica a tentativa do jornal do grupo RBS de ser mais preciso, fiel a critério de objetividade jornalística, apresentando um caráter descritivo, em oposição à opiniões implícitas pelo Sul21, codificadas em suas legendas e título. Para facilitar a conclusão do exercício final deste trabalho, o conteúdo de Zero Hora e Sul21 foi tabulado segundo critérios semelhantes aos utilizados para classificar a legendas dos vinte colaboradores deste trabalho.

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termo Sul21
Posicionamento	Neutralidade , ignorando excessos	Pró-manifestantes , evidenciando tentativa de evitar conflito	"confusão" "retirada de manifestantes"	"revoltados com a situação" "manifestantes avançam em defesa dos alunos"
Legalidade da ação policial	Neutralidade	Neutralidade	Ausência de qualificantes	Ausência de qualificantes
Juízo sobre a ação dos manifestantes	Ocupação , porém presente apenas no título	Ocupação , porém presente apenas no título	"Ocupado"	"Ocupavam"
Quem iniciou o conflito?	Neutralidade	Policiais , após diálogo dos manifestantes (sentido possível apenas no somatório de foto e legenda)	"Confusão"	"manifestantes avançam em defesa dos alunos" "polícia barrou"
Motivações dos estudantes	Foram consideradas	Foram consideradas , apenas no corpo do texto	"Manifestantes pedem verba de R\$ 240 milhões para melhorias nas escolas"	"reinindicavam melhorias para suas escolas"
Método da BM	Ignorado	Ignorado	Ausência de qualificantes	Corpo do texto cita uma vez

			"spray de pimenta e bombas de efeito moral"
--	--	--	---

A tabulação do conteúdo de ambos os jornais nos permite reafirmar de forma mais embasada os seus respectivos posicionamentos acerca do fato noticiosos, assim como extrair algumas informações novas. A leitura minuciosa do enunciado de Zero Hora reafirma a neutralidade do jornal, que evita realizar julgamentos mais severos sobre o ocorrido ("confusão", termo mencionado acima e que reduz a relevância e intensidade do conflito, e "retirada dos manifestantes", sem adjetivação ou maiores explicações). Já o Sul21 utiliza palavras que representam a leitura crítica do jornal sobre o ocorrido, definindo como um conflito forçado pela Brigada Militar ("revoltados com a situação" e "manifestantes avançam em defesa dos alunos" legitimam os atos dos professores e municipais que protestavam). Esta postura encontra eco entre os leitores do jornal (7 à favor dos manifestantes e apenas 3 neutros), embora sem empréstimo observável de termos. Já entre os leitores de Zero Hora, a narrativa de neutralidade encontrou eco em apenas 2 leitores, em oposição a 5 que optaram por defender a ação da BM em detrimento dos manifestantes.

Nenhum dos jornais cogitou questionar em suas legendas (ou mesmo nos títulos) a legalidade da ação policial ou eventuais abusos cometidos pela tropa, postura presente em 4 colaborações de leitores do jornal Sul21 e 1 de Zero Hora. A ocorrência de denúncias maiores por parte dos próprios jornais não era esperada, de qualquer forma. Tal movimento, caso fundamentado indevidamente, pode conduzir os jornalistas e as empresas aos tribunais, e costumam ser evitadas.

Ambos o jornais apresentaram a justificativa do movimento para a realização da ocupação, sendo que o jornal Zero Hora chegou a fornecer dados sobre a demanda estudantil. Esta preocupação não permeia a mensagem produzida pelos leitores (apenas 3 dos que acompanham o jornal Sul21 e 1 entre os leitores de Zero Hora). Aparentemente os leitores não possuem a mesma preocupação que os jornais com a resposta das perguntas básicas do jornalismo diário ("Quem?", "O quê?", "Quando?" "Onde?", e especificamente nesta categoria, "Por quê?"), o que é compreensível, pois o compartilhamento de agendas não implica que os leitores devam absorver também a técnica jornalística.

Os jornais apresentam julgamentos diferentes acerca de quem teve a iniciativa do confronto. Zero Hora mantém postura neutra, quase afirmando que se tratou de uma

casualidade ("confusão", termo deveras brando para descrever um conflito urbano), enquanto o jornal Sul21 emprega algumas palavras que conotam a sua mensagem ("manifestantes avançam em defesa dos alunos" implica reação dos professores à atitude agressiva da Brigada Militar, enquanto "polícia barrou" determina o início do confronto, mensagem reiterada pela fotografia de Sul21, que mostra a barreira formada pela Brigada Militar, que apresenta suas armas aos manifestantes, que por sua vez estendem suas mãos em gesto que implica postura pacifista, negativa ao confronto). Os leitores do jornal apresentaram variadas justificativas ao tema, enquanto na parcela formada pelos receptores de Zero Hora, a narrativa predominante responsabilizou os manifestantes. A esta altura da análise é permitida a divagação: a neutralidade de Zero Hora, que isoladamente configura a conformidade à objetividade jornalística, não ocorre de forma a se abster de confrontar a opinião esperada de seu leitor padrão (que recrimina movimentos de ocupação)?

Uníssonos foram os dois jornais ao afirmar claramente que o movimento estudantil *ocupava* o prédio da Secretaria da Fazenda, diferenciação que é relativamente recente na esfera pública. É possível que 15 leitores tenham ignorado esta oposição de terminologias justamente por ser recente na discussão diária. Talvez, ainda, o julgamento habitual tenha sido eclipsado pela violência do evento, que deslegitimaria ambas as narrativas. Porém, a minoria dos leitores de Zero Hora que classificaram o método estudantil afirmou em conjunto que se tratava de uma invasão a prédio público, enquanto os 3 leitores de Sul21 que julgaram este aspecto afirmaram juntos que ali ocorria uma ocupação, em frágil indicativo de tendência entre os respectivos públicos.

Um aspecto praticamente ignorado entre os jornais se mostrou pertinente aos leitores. Os métodos empregados pela tropa de choque para dissipar a manifestação foram citados por 13 dos 20 colaboradores, mesmo sendo suprimidos dos espaços de maior visibilidade da mensagem textual de ambos os jornais. Este fenômeno é explicável, pois a fotografia de Zero Hora tratou de colocar este aspecto em evidência. A curiosidade observável nesta categoria diz respeito às oito legendas dos leitores do jornal sul21 que citaram este aspecto do acontecimento; a totalidade destes leitores empregou os mesmos termos para qualificar este aspecto (e de forma objetiva, com os termos "gás lacrimogêneo" e "spray de pimenta"). Aparentemente, o uso destes termos serve à denúncia de truculência policial, que encontra reverberação em trecho da manchete do jornal Sul21 ("sob uso de força").

Último aspecto pertinente a esta análise é a tipificação das legendas escritas pelos

jornais e leitores, segundo classificação de Lusvarghi e Zarattini, apresentada ao final do capítulo a respeito do *agenda-setting*. O texto de Zero Hora configura legenda de *conteúdo*, pois fornece informações adicionais a respeito da matéria, enquanto o material de Sul21 tem caráter *descritivo*, com alguns aspectos *opinativos*. Segue abaixo tabela que classifica o material dos leitores quanto a este aspecto:

	ZH	Sul21	Termos ZH	Termo Sul21
Conteúdo	1	1	♦ "Pessoas sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas"	♦ " Brigada cumpre mandato de reintegração de posse"
Descrição	1	4	♦ "Manifestação gerou tensão entre os manifestantes e a polícia"	♦ "Professores e Municipários (...) são intimidados por policiais armados ♦ "Dois manifestantes uma mulher e um homem mais ao centro em posição de recuo" ♦ "Brigada Militar reagiu (...) contra os estudantes, utilizando spray de pimenta e gás lacrimogêneo" ♦ "tropa de choque da brigada militar utilizando spray para dispersar manifestantes"
Opinião	7	3	♦ "policiais fazendo seu trabalho" ♦ "mesmo isso sendo prejudicial à saúde" ♦ "policiais fazem sua parte" ♦ "Sem dinheiro para salários, governo investe em gás lacrimogêneo"	♦ "Clara intimidação da brigada via atitudes truculentas" ♦ "triste realidade" ♦ "violência institucionalizada"

			<ul style="list-style-type: none"> ◆ "graças à falta de educação e respeito das partes" ◆ "BM investe contra manifestantes em ação violenta, denunciando despreparo" ◆ "Goya e Picasso continuam atuais" 	
Ficcional	1	2	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Estado, por meio dos policiais, tenta garantir a integridade do patrimônio e <i>das pessoas que estão lá dentro</i>" 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Balas de borracha" ◆ "Tropa de choque entra em confronto ostensivo com <i>estudantes</i>"

A opção de Zero Hora por legendas de *conteúdo* parece fomentar entre os seus leitores o debate acerca do material publicado, em relação causal (7 leitores submeteram legendas de *opinião*). Já os leitores de Sul21 são mais fiéis à metodologia original do jornal, pois 7 legendas refletem as técnicas do diário online, ao operar entre *descrição* (4) e a *opinião* (3).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica que deu início a este presente trabalho acadêmico nos permitiu algumas conclusões. Amparados por Philippe Dubois (1990), constatamos que a epistemologia da fotografia apresentou evolução desdobrada em três etapas distintas, que seguiram de forma mais ou menos fiel a categorização de signos realizada por C.S. Peirce (1895): ícone, símbolo e índice. Este trabalho manteve-se fiel ao resultado do resgate teórico de Dubois, em que o autor francês concluiu que a fotografia constitui um signo indicial, emanção do objeto representado, em relação estabelecida pelo compartilhamento da mesma fonte luminosa, o que permite definir a fotografia como um índice do seu recorte da realidade.

Apoiados por Souza (2001) e Barthes (1961), prosseguimos na elucidação do discurso fotográfico e encaminhamos a discussão para o contexto do jornalismo diário. Neste ponto foi possível compreender que a fotografia jornalística possui capacidade indisputável de denotação, mas que permite que o leitor infira múltiplas conotações sobre o que ela apresenta. Desta forma, torna-se imprescindível o uso de legendas fotográficas que ancoram a imagem à leitura pretendida pelos jornais, função primária, acompanhada por outras, como a capacidade dos textos de apoio de instigarem a leitura das notícias diárias.

Sendo as legendas fotográficas dotadas de potencial conotador em relação às imagens, passou-se à investigação da hipótese do agendamento, como forma de compreender o método empregado pelos jornais para permear o seu conteúdo, em especial as legendas e fotografias, com suas agendas. Os jornais, no contexto da teoria do agendamento, são atores importantes no processo de construção de sentido na esfera pública, ao emprestar suas terminologias e ideologias ao público que os acompanha e que é formado por leitores que propagarão a agenda jornalística até que esta produza efeitos no jogo democrático.

Estabelecidas todas estas conclusões, foi reiterada a hipótese original do trabalho: os *media* são capazes de transmitir suas agendas para o seu público, e os fazem através de diversos expedientes contidos nos jornais. As legendas fotográficas, um entre os tantos discursos que ultrapassam o conjunto da mensagem jornalística, também são utilizadas para tanto, e os leitores, quando expostos por períodos prolongados à mensagem de determinada publicação, repassam este discurso a outros pontos da esfera pública, replicando a agenda dos *media*. Existem, contudo, limitações a este potencial de empréstimo de conceitos: a permeabilidade do discurso dos leitores ao conteúdo dos jornais é menor em relação a assuntos

de maior *centralidade*, ou seja, que o público vivencia diariamente. Desta forma, temas nacionais, internacionais, ou até mesmo assuntos locais que estejam fora do alcance dos leitores, são apresentados aos leitores sem que os mesmos imponham resistência maior, ao passo que assuntos que façam parte de seu cotidiano não são tão influenciados pelos *media*.

A etapa empírica do trabalho nos permitiu confirmar esta hipótese parcialmente. Os leitores de Zero Hora e Sul21 replicaram vários aspectos do discurso dos jornais que acompanham, contudo, em alguns pontos isolados o público demonstrou posicionamentos distintos dos originais, mesmo que o assunto das matérias não tenha alto grau de centralidade, ora extrapolando o juízo realizado pelos jornais, apresentando teor mais radical que o dos respectivos jornais (caso do juízo sobre a ação policial), ora ignorando conceitos trabalhados por ambas as publicações (como no emprego dos termos "ocupação" e "invasão" – embora neste caso, a amostragem permitiu inferir tendência que provavelmente viria a ser confirmada no caso de coleta de maior amostragem). O fechamento desta etapa ainda demonstrou a tendência do público de apreender o método de redação das legendas publicadas pelos jornais (caso principalmente dos leitores de Sul21), ou demonstrar, no mínimo, método que possua relação causal com o estilo de legenda empregado pelas publicações (tendência entre os leitores de Zero Hora).

Outras duas afirmações a respeito da pesquisa são possíveis neste fechamento. Primeiramente, a conformidade do público do jornal Sul21 ao discurso do diário online, e à sua agenda implícita, foi consideravelmente maior que a dos leitores de Zero Hora. Duas hipóteses podem ser levantadas acerca deste fenômeno: a) os leitores de Zero Hora possuem perfil variado e difuso, que seria melhor categorizável em caso de uma pesquisa de maior amostragem; b) publicações de nicho, como jornais de menor tiragem ou diários online com público inferior ao dos grandes portais, possuem maior identificação com os seus leitores. Esta conclusão tende a pender para o segundo quadro, divagando ainda sobre um possível paralelo entre esta questão e teorias como a Cauda Longa, de Chris Anderson (2006). Através desta observação, afirmamos que o fenômeno da maior conformidade dos leitores de publicações de nicho ao conteúdo original (que, frisamos, necessita ser checado em amostragens maiores, para então ter relevância acadêmica) replica parcialmente os pressupostos de Anderson, em que a fidelidade de públicos de nicho é acentuada.

Segundo aspecto a ser destacado neste encerramento é a forma como se deu a diferenciação entre o discurso do grupo de leitores de Zero Hora e a matéria original. O teor

observável nas legendas dos receptores do jornal do grupo RBS apresentou algum descolamento em relação à reportagem de ZH. Porém, o aspecto mais interessante é o padrão observável nesta diferenciação: apesar da neutralidade zelosa do conteúdo do jornal, os leitores extrapolaram a narrativa neutra e apresentaram posicionamento mais ou menos uníssono (defesa da legalidade da ação policial, leve tendência a empregar o termo "invasão", menor necessidade de apontar os métodos da polícia, negligência em relação à pauta estudantil). Desta forma, é possível inferir que os leitores de Zero Hora formam uma comunidade relativamente homogênea quanto às suas agendas e discursos, e leem o diário portoalegrense mesmo que ele não defenda abertamente a ideologia com que se identificam. Sobre estes aspectos também duas hipóteses: primeira, a neutralidade e objetividade jornalística de Zero Hora presta-se a uma leniência em relação a diversas bandeiras defendidas pelo seu público, em relação que pode ser caracterizada como mercadológica (é preciso escoar diariamente uma grande tiragem de jornais, então a publicação deve falar com o maior número possível de pessoas sem incomodá-las, evitando tratar de assuntos e posicionamentos que estas considerem nevrálgicos), ou este fenômeno é de ordem ideológica, caso a objetividade jornalística seja empregada de modo permitir a continuidade natural de um discurso transmitido anteriormente, em outras edições e pautas.

Uma outra leitura do processo de formação de uma comunidade de leitores em torno da publicação de maior tiragem do estado permite observar processo de enraizamento dos leitores em torno da publicação de maior visibilidade. Em admitida distensão de teoria acerca de tema externo às teorias da comunicação, citamos aqui o conceito de cultura e desenraizamento proposto pela socióloga Eclea Bosi (1987). No texto em que trata deste tema, a autora brasileira ressalta o constante encolhimento das células sociais em que os indivíduos convivem, através da inibição do convívio nas ruas, bairros e famílias. Os indivíduos, então, devem reconfigurar o seu sentimento de pertença, vinculando-se, no entendimento deste trabalho, a outras formas de construção de identidade, como por exemplo, a partilha do acompanhamento dos mesmos veículos de comunicação.

Este trabalho apresentou proposta de metodologia de análise da relação jornal-leitor, em tentativa de conferir a hipótese do agendamento de baixo para cima, a partir daqueles que acompanham com frequência as publicações. E mais do que uma conclusão, este fechamento se desdobra em novas hipóteses sobre o *agenda-setting*, em fechamento que acaba por servir de metáfora para o caráter aberto, de constante reconfiguração, deste conjunto de postulados.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Lisboa: Actual, 2006.

BARDIN, Laurecence. **Análise de Conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 1977.

BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. **O Óbvio e o Obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961.

_____. **A Câmara Clara**. Biblioteca online da FAMECOS-PUCRS, 1980.

Disponível em

<http://www.pucrs.br/famecos/professores/sempe/Roland_Barthes.pdf>. Data de acesso, 23/11/16.

BEY, HAKIM. **TAZ: Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 1985.

BOSI, Eclea. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

KEENE, Martin. **Fotojornalismo**: guia profissional. Lisboa: Dinalivro, 1995

LUSVARGHI, Luiza; ZARATTINI, Mônica. A função informativa da legenda fotográfica: o Massacre de Realengo. **Revista Discursos Fotográficos**. Londrina, v.8, n.12, p.53-78, 2012. Disponível em

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11926/10491>>. Data de acesso, 23/11/2016.

MAIA, Kênia; AGNEZ, Luciane. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.13, n.3, 2010.

Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/504/466>>. Data de acesso, 23/11/2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Conselho Editorial, 1989.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Revista do Laboratório de habitação e assentamentos humanos**, 1999.

Disponível em

<http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_terrano_sociedad>

ebrasileira.pdf> Data de acesso, 23/11/2016.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. 3ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

McCOMBS E SHAW. **The agenda-setting function of mass media**. Disponível em <<http://www4.ncsu.edu/~amgutsch/Mccombs.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

MOZZATO, Anelise; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados quantitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de administração contemporânea**. Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

POLIDORO, Bruno. Jornalismo impresso: esboços sobre o poder de domínio da fotografia na construção de sentido. **Revista Vozes & Diálogos**, revista do centro de ciências sociais aplicadas – comunicação, turismo e lazer. Itajaí, n.9, p.69-78, 2007-2008. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/0B_7DK8yaCHmzUFBpdWRUSWlyTIU>. Data de acesso, 23/11/2016.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Manual de redação da Folha de São Paulo**. 14ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2001. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

_____. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2006. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

_____. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2008. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

_____. **Estatuto e expressividade da fotografia jornalística: um ensaio**. Biblioteca online de ciências da comunicação, 2011. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-estatuto-e-expressividade-da-fotografia.pdf>>. Data de acesso, 23/11/2016.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1985.

APÊNDICE A: Entrevistas

Nome: Kaline Pereira Salgado

Idade: 24

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Relações Públicas

Legenda 1: BOE agindo repressivamente com balas de borracha contra estudantes que ocupavam pacificamente o prédio da Secretaria da Fazenda em prol de melhorias para as escolas.

Legenda 2: BOE usando de gás lacrimogêneo e spray de pimenta contra servidores que se manifestavam contra a prisão dos estudantes.

Telefone: 99528****

Nome: Rafael Alves Padilha

Idade: 29

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Professor de Filosofia

Legenda 1: Professores e municipais, solidarizados com ocupantes da SEFAZ, são intimidados por policiais armados

Legenda 2: Brigada Militar reprime violentamente manifestantes que se aglomeraram do lado de fora do prédio da SEFAZ

Telefone: 99628****

Nome: Giorgio Giuliano de Marco

Idade: 29

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Estudante de Letras

Legenda 1: Professores e estudantes tentam dar sinais de movimento pacífico enquanto BOE se prepara para reprimir manifestações

Legenda 2: Dois manifestantes – uma mulher e um homem mais ao centro em posição de recuo - e brigadiano que usa spray de pimenta para afastá-los do paredão da tropa. Em meio à cortina de gás lacrimogêneo, demais manifestantes na volta assistem horrorizados e gravam cena.

Telefone: 98905*****

Nome: Frederico Gustavo Hagen

Idade: 29

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Técnico de Informática

Legenda 1: Brigada cumpre mandato de reintegração de posse

Legenda 2: Brigada usa spray de pimenta e gás lacrimogeneo contra estudantes durante a reintegração de posse

Telefone: 98407*****

Nome: Lucas Dalla Costa

Idade: 27

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Designer

Legenda 1: Clara intimidação da brigada via atitudes truculendas com manifestantes que protestavam por melhorias no prédio da secretaria da fazenda do RS.

Legenda 2: Barreira de escudos malformada por camponeses fardados a serviço de um governo corrupto joga spray de pimenta e gas contra o vento na tentativa de impedir população por buscar diretos melhores utilizando violência na Av Mauá em Porto Alegre

Telefone: 98407*****

Nome: Thalís Neckel Miguel

Idade: 30

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Músico

Legenda 1: Tropa de choque da Brigada Militar age desproporcionalmente com manifestantes

Legenda 2: Spray e gás contra quem reivindica melhorias na educação: triste realidade

Telefone: 99826****

Nome: Nicolás Nardi

Idade: 22

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Poeta

Legenda 1: Brigada Militar reagindo com violência contra a ocupação dos estudantes ao prédio da Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

Legenda 2: O conflito se intensificou e a Brigada Militar reagiu de forma ainda mais violenta contra os estudantes, utilizando spray de pimenta e gás lacrimogêneo

Telefone: 99666****

Nome: Marcelo Cavedon Ripoll

Idade: 23

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Estudante de Psicologia

Legenda 1: Reação institucional da polícia mais uma vez violenta e inconstitucional

Legenda 2: Resultado de um país em que militares agem dentro de território nacional: população sofre com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e violência institucionalizada

Telefone: 99676****

Nome? Lesrrie Coronet

Idade? 29

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Advogado

Legenda 1: "Tropa de choque da brigada militar cumprindo reintegração de posse da Secretaria da Fazenda

Legenda 2: tropa de choque da brigada militar utilizando spray para dispersar manifestantes durante a reintegração de posse da Secretaria da fazenda

Telefone: 99845****

Nome: Laura Brandoldt

Idade: 29

Jornal de preferência: Sul21

Profissão: Bibliotecária

Legenda 1: Choque entra em conflito com professores e municipais durante reintegração de posse do prédio da Secretaria da Fazenda

Legenda 2: Tropa de choque entra em confronto ostensivo com estudantes durante reintegração de posse de prédio no centro da capital

Telefone: 99142****

Nome: José Alair Vargas

Idade: 51

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Pintor

Legenda 1: Policiais fazendo seu trabalho, defendendo a Secretaria da Fazenda

Legenda 2: Policiais do batalhão de choque removem os manifestantes sob uso de força

Telefone: 984179665

Nome: Vera Luiza Conz

Idade: 64

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Secretária

Legenda 1: Policiais defendem prédio da Secretaria da Fazenda de manifestação em função da invasão dos estudantes

Legenda 2: Batalhão de Choque usa bombas de efeito moral para afastar os manifestantes, mesmo isso sendo prejudicial à saúde.

Telefone: 98015****

Nome: Roque Bohn

Idade: 59

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Aposentado

Legenda 1: Policiais fazem sua parte, afastando os manifestantes.

Legenda 2: Manifestantes reagiram contra a polícia, que defendeu o prédio público.

Telefone: 99788****

Nome: Fabrizio Wallace

Idade: 45

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Porteiro

Legenda 1: Financiados com dinheiro público, professores e policiais entram em confronto.

Legenda 2: Sem dinheiro para salários, governo investe em gás lacrimogêneo.

Telefone: 3224****

Nome: Mauricio Couto Machado

Idade: 31

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Funcionário Público Federal

Legenda 1: Cisão entre policiais e manifestantes, que estão pleiteando seu direito. Estado, por meio dos policiais, tenta garantir a integridade do patrimônio e das pessoas que estão lá dentro, como funcionários públicos e demais cidadãos brasileiros.

Legenda 2: Cinturão de proteção formado por policiais do batalhão de choque tenta conter e inibir os manifestantes que tomariam o prédio público.

Telefone: 3358****

Nome: Vitor Arlen de Oliveira Zanini

Idade: 40

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Advogado

Legenda 1: Momento de tensão entre policiais e manifestantes.

Legenda 2: Manifestação gerou tensão entre os manifestantes e a polícia.

Telefone: 99685****

Nome: Elma Juçara Ribeiro do Canto

Idade: 61

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Aposentada

Legenda 1: Tensão entre professores e a polícia, graças à falta de educação e respeito das partes

Legenda 2: Selvageria entre batalhão de Choque da Brigada Militar e professores, que gerou consequências nocivas à população que não tinha qualquer envolvimento e até mesmo aos envolvidos

Telefone: 98126****

Nome: João Eugênio Córdova Brasil

Idade: 44

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Professor de história

Legenda 1: Ação da BM em reintegração de posse ocorre com ação violenta. Professores e municipais tentam conter situação

Legenda 2: Em reintegração de posse, BM investe contra manifestantes em ação violenta, denunciando despreparo

Telefone: 99191****

Nome: Maiqui Cardoso Ferreira

Idade: 32

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Advogado

Legenda 1: Goya e Picasso continuam atuais. A violência mudou, mas ainda é violência

Legenda 2: Manifestantes são dispersados com o uso de armas de efeito moral, após a falha na tentativa de negociação.

Telefone: 98101****

Nome: Rogério Leandro da Silva Mendonça

Idade: 53

Jornal de preferência: Zero Hora

Profissão: Vidraceiro

Legenda 1: Pessoas sem armas nas mãos, pedindo para não serem agredidas

Legenda 2: Batalhão de Choque usando spray de pimenta e gás lacrimogêneo, contendo manifestação.

Telefone: 99836****